

Quintanilha (D) e Renan recebem de Paulo Bernardo (ao lado de Maranhão) a proposta de Orçamento



J. FREITAS

Governo prevê no Orçamento salário mínimo de R\$ 407 para 2008

PÁGINA 2

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.661/142 – Brasília, 3 a 9 de setembro de 2007 EDIÇÃO SEMANAL

Suplicy altera limite para pregão eletrônico

PÁGINA 7

BNDES deve injetar R\$ 11 bi em pequenas empresas

Luciano Coutinho, presidente do banco, disse em audiência no Senado que número de operações de crédito com micro, pequenas e médias empresas deve quase dobrar em 2007.

PÁGINAS 12 E 13

Senadores aprovam Carlos Direito para o Supremo

PÁGINA 4

Conselho de Ética vota relatório na quarta

JOSE CRUZ



Casagrande (E) e Marisa Serrano pedem cassação de Renan; Almeida Lima (D) defende absolvição

Relatório de Marisa Serrano e Renato Casagrande que pede a cassação de Renan Calheiros por quebra de decoro passará por votação aberta no colegiado. Se for rejeitado, os senadores votarão relatório de Almeida Lima favorável ao presidente do Senado. Renan deve apresentar na terça sua defesa em outro processo, sobre suposto tráfico de influência para beneficiar a cervejaria Schincariol.

PÁGINA 11

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 17

cidadania

Vírus HPV: ameaça que pode levar ao câncer

Entre 50% e 80% dos homens e mulheres sexualmente ativos são infectados por HPV em algum momento de suas vidas. O vírus pode ficar "adormecido", provocar o aparecimento de verrugas no corpo ou causar câncer. Veja como prevenir ou tratar a infecção por HPV.

PÁGINA 20

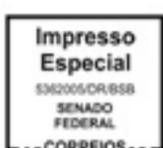
Anteprojeto promete assegurar financiamento para o esporte



Brasil busca modelo de investimento no esporte; acima, a seleção de futsal, que acumula títulos

WILSON DIAS/ABF

PÁGINAS 8 E 9



ORÇAMENTO

Proposta prevê mínimo de R\$ 407 em 2008

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, informou que o valor do salário mínimo previsto no projeto do Orçamento para 2008 é de R\$ 407,33. Isso significa um reajuste de 7,2% – a soma da inflação dos 12 meses anteriores mais o crescimento da economia em 2006. O valor atual é R\$ 380. O ministro revelou a informação na última sexta-feira, quando entregou ao Congresso Nacional o projeto do Orçamento de 2008 e a proposta do Plano Plurianual (PPA) 2008/2011.

Paulo Bernardo afirmou que o projeto conta com a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e com a manutenção da Desvinculação de Recursos da União (DRU). Disse ainda que a estimativa de receita com a CPMF é de R\$ 38 bilhões e com a DRU é de R\$ 50 bilhões, o que totaliza uma projeção de R\$ 88 bilhões.

O ministro revelou também que o déficit do regime geral de Previdência Social esperado para 2008 é de R\$ 41,6 bilhões – o que

representaria uma queda inédita em mais de dez anos. Neste ano, o déficit deve ficar em R\$ 45 bilhões.

As despesas primárias (que não contabilizam o pagamento de juros) previstas no projeto são de R\$ 631,6 bilhões, e as financeiras, R\$ 721 bilhões. O superávit primário esperado será de R\$ 104,3 bilhões (3,8% do PIB) – mas tais números não consideram os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI). Já o PPA prevê aplicações de R\$ 3,526 trilhões para os próximos quatro anos.

Quanto aos investimentos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o governo reservou, para o próximo ano, R\$ 18 bilhões nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social e mais R\$ 27,12 no Orçamento de Investimento das Estatais. A Comissão Mista de Orçamento (CMO) escolheu o deputado José Pimentel (PT-CE) para relatar a proposta orçamentária. O projeto do PPA ficará a cargo do deputado Vignatti (PT-SC).

Projeto do governo conta com a manutenção da CPMF e da DRU



Renan Calheiros (C) com o projeto entregue por Paulo Bernardo (2º à esq), ao lado de José Maranhão (E) e Leomar Quintanilha

Governo espera crescimento elevado e inflação baixa

O projeto do Orçamento federal para 2008 que o Executivo encaminhou ao Congresso na sexta-feira trabalha com uma inflação (IPCA) de 4% no ano que vem e com um crescimento econômico de 5%. O documento prevê que a economia nacional fechará 2007 com crescimento de 4,7% e inflação de 3,68%.

Os investimentos diretos da União serão os maiores da última década, devendo chegar a R\$ 30,2 bilhões em 2008, um aumento de 15,2%, comparando-se com 2007. Os investimentos das empresas estatais vão a R\$ 62,1

bilhões (aumento de 23,9%). A arrecadação federal vai bater recorde (+ 11% líquidos), chegando a R\$ 565,6 bilhões. O ministro Paulo Bernardo admitiu que a arrecadação federal terá aumento real, mas creditou o fato ao crescimento econômico e ao aumento do número de trabalhadores com carteira assinada.

A equipe econômica projeta um dólar negociado na média de 2008 a R\$ 1,98. Já a taxa de juros (Selic) baixará de 11,85% em 2007 para 10,10% na média de 2008. A taxa de juros real deverá ficar em 6,1%, em média, no ano.

PPA quer dobrar gastos com educação em quatro anos

O Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, também entregue na sexta-feira pelo Executivo ao Congresso, mostra que no segundo mandato o presidente Lula quer aumentar os recursos destinados à educação básica e ao ensino superior. Os R\$ 9 bilhões que estão sendo gastos neste ano vão mais que dobrar em quatro anos, chegando a R\$ 22,5 bilhões em 2011.

O crescimento das verbas permitirá a abertura de 330 mil vagas na rede federal de ensino superior. Serão ainda criadas 150 escolas federais de educação profissional e tecnológica. O documento prevê que a educação básica contará com verbas federais de R\$ 32,6 bilhões de 2008 a 2011, enquanto o ensino superior receberá R\$ 29,9 bilhões (incluindo salários de professores e servidores). O ensino profissional e tecnológico contará com R\$ 5,6 bilhões, enquanto os programas de alfabetização vão levar R\$ 2,8 bilhões.

O PPA é uma espécie de carta de intenções que o governo apresenta ao Congresso de quatro em quatro anos.

endagendae

Comissões

TERÇA-FEIRA

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS

Cheque – O primeiro item na pauta altera a chamada Lei do Cheque (Lei 7.357/85), para coibir a prática indevida e irregular da sustação de cheques emitidos e que não tenham sido objeto de furto.

10h30 – RELAÇÕES EXTERIORES

Abin – A comissão realiza sabatina com Paulo Lacerda, atual diretor da Polífcia Federal, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para dirigir a Agência Brasileira de Inteligência (Abin).

11h – EDUCAÇÃO

Uniforme – Entre os 14 itens da pauta, projeto que trata da obrigatoriedade de uso de uniforme estudantil padronizado nas escolas públicas.

11h – CPI DO APAGÃO AÉREO

Depoimentos – A comissão

ouve três servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). Fernando Brendaglia de Almeida, Márcia Gonçalves Chaves e Mariângela Russo são acusados de fraudar processo de aquisição de um *software* de gerenciamento de publicidade em 65 aeroportos administrados pela estatal.

11h30 – MEIO AMBIENTE

Desertificação – A comissão examina seis itens, entre eles o projeto de lei que institui a Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação.

QUARTA-FEIRA

8h45 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Telemarketing – Comissão vota pedido de debate para instruir projetos que restringem as práticas de *telemarketing*, definindo abusos e fraudes nesses serviços.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

STF – Com pauta de 16 itens, a comissão analisa, entre eles,

projeto de lei do Senado (PLS 281/07) que dá prazo de 180 dias para que o Supremo Tribunal Federal e o Superior Tribunal de Justiça julguem ações relativas a infrações penais e crimes de responsabilidade de pessoas com foro especial nesses tribunais.

10h – CONSELHO DE ÉTICA

Relatório final – O conselho vota o relatório final do processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

10h – EDUCAÇÃO

Meia-entrada – A comissão e a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social debatem o benefício da meia-entrada concedida a estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos.

Foram convidados, entre outros, a presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Kluck Stumpf; o presidente da Associação Brasileira dos Empresários Artísticos, Ricardo Chantilly; e o presidente da Federação Nacional das Empresas Exibidoras Cinematográficas,

Ricardo Difini Leite.

11h – AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Integração – A Política Nacional de Integração Lavoura-Pecuária, prevista no PLS 260/07, será debatida em audiência pública com o gerente-geral da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), José Roberto Rodrigues Peres, e o gerente de Planejamento e Negócios da empresa, Luiz Carlos Balbino.

11h – ASSUNTOS SOCIAIS

Doação – Na pauta, projeto que altera a lei que disciplina a remoção de partes do corpo humano para fins de transplante (Lei 9.434/97), para assegurar o atendimento à vontade dos doadores.

11h – CPI DO APAGÃO AÉREO

Infraero – Tércio Ivan de Barros, Roberto Spinelli Júnior e José Wellington Moura, também investigados por supostas irregularidades na compra de *software* de gerenciamento de publicidade, depõem à CPI.

Plenário

SEGUNDA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

TERÇA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

Homenagem - Na hora do expediente, homenagem à passagem dos 35 anos de atuação da Rede Amazônica de Televisão.

Estágio - O primeiro item da pauta é o projeto de lei da Câmara (PLC 44/07), proposto pelo Executivo, que regulamenta o estágio para estudantes de instituições de ensino superior, profissional e médio.

QUARTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

QUINTA-FEIRA

14h - Sessão deliberativa

SEXTA-FEIRA

Feriado

PLENÁRIO Municipalistas se articulam e conseguem aprovar a emenda constitucional que aumenta o FPM



À esquerda, reunião de prefeitos em Brasília em 2003, quando começou mobilização por aumento no fundo; à direita, senadores aprovam emenda constitucional em Plenário



Plenário dá vitória aos prefeitos

Depois de quatro anos de mobilizações para pressionar os parlamentares e o governo, promessa do presidente da República e muitas idas a Brasília, os prefeitos conseguiram encerrar no Senado, em um único dia, na quarta-feira passada, a votação do aumento de um ponto percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Agora, a emenda constitucional poderá ser promulgada em sessão solene do Congresso Nacional e sancionada pelo presidente Lula até o final desta quinzena.

Sem enfrentar objeções dos senadores, responsáveis pela inclusão desse reforço de caixa às prefeituras durante a discussão da reforma tributária de 2003, a proposta de emenda à Constituição (PEC 75/07) obteve um desfecho em tempo recorde. Com pressão direta dos prefeitos, que se reuniram na última quarta-feira para debater a agenda municipalista no Congresso

(ver matéria abaixo), a PEC foi incluída na pauta da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), que aprovou o parecer do líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), em reunião pela manhã. Jucá foi o relator da reforma tributária de 2003.

Na sessão do Plenário, à noite, um acordo entre os líderes dos partidos evidenciou a receptividade do Senado aos pleitos municipalistas. Os opositoristas comprometeram-se a não obstruir a votação. Os líderes mobilizaram suas bancadas para assegurar o quórum mínimo de 49 senadores, realizar as cinco sessões extraordinárias para discussão e votação da PEC em primeiro turno, quebrar o interstício de três dias entre o primeiro e o segundo turno e, na seqüência, promover as três sessões necessárias para discutir a matéria em segundo turno, concluindo assim a aprovação por unanimidade do aumento do FPM. O placar foi de 58 votos

no primeiro turno e de 57 no segundo, em sessão presidida por Efraim Morais (DEM-PB).

Embora vários senadores tenham reconhecido que o resultado foi uma vitória do movimento municipalista diante da perda que estaria sendo imposta pela União aos cofres municipais (ver abaixo), alguns parlamentares, como os senadores César Borges (DEM-BA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA), recomendaram aos prefeitos que permaneçam mobilizados para aguardar a nova proposta de reforma tributária do governo, prometida para este mês. Pelo esboço apresentado pelo Ministério da Fazenda, o governo pretende criar dois impostos sobre valor adicionado, um federal e outro estadual, IVA-E, que seria formado principalmente pelo ICMS estadual e poderia absorver o ISS municipal. Essa proposta enfrenta

resistência dos prefeitos.

O aumento de um ponto percentual do FPM, que passa de 22,5% para 23,5% da arrecadação de IR e de IPI, será pago uma vez por ano, no primeiro decêndio de dezembro. Neste exercício, ele incidirá sobre as receitas dos dois tributos nos meses de setembro, outubro e novembro.

A previsão da Confederação

Nacional de Municípios (CNM) é de que o aumento proporcione reforço de R\$ 419 milhões este ano e R\$ 1,77 bilhão em 2008. O presidente da entidade, Paulo Ziulkoski, considera que essa elevação do FPM não chega a ser a solução para os prefeitos, mas já é um avanço para atingir os 15% dos recursos previstos para a saúde.

FPM aumentará um ponto percentual, de 22,5% para 23,5%



Fundo é principal fonte de dinheiro para municípios

Principal fonte de recursos para a maioria dos 5.562 municípios brasileiros, o FPM foi reforçado na Constituição de 1988, com a descentralização de recursos da União. Três anos mais tarde, em 1991, chegou a representar 19% da arrecadação dos impostos de Renda (IR) e sobre Produtos Industrializados (IPI). Foi quando a transferência constitucional aos municípios atingiu o ápice, segundo a Confederação Nacional dos Municípios (CNM).

Depois disso, ocorreu uma trajetória de queda. "A União concedeu isenções que reduziram a receita desses dois tributos e criou contribuições com alíquotas crescentes para produzir superávits fiscais", diz Joel Ghisio, prefeito de Mariana Pimentel, município gaúcho que já foi administrado pelo presidente da CNM, Paulo Ziulkoski. Atualmente, pelos dados da entidade, os municípios ficam com apenas 15% da arrecadação de IR e IPI, enquanto os estados recebem 25%. A maior fatia, de 60%, fica com a União.

Essa perda na repartição do bolo tributário foi o principal

argumento que sustentou a luta dos prefeitos pelo aumento de um ponto percentual no FPM. Quando a reforma tributária da primeira gestão do presidente Lula chegou ao Senado (PEC 74/03), uma grande mobilização de prefeitos, vereadores e secretários municipais conseguiu incluir o pleito na reforma, em 2003. O acordo viabilizou a promulgação da Emenda 42/03, conhecida como minirreforma tributária.

A parte que não obteve consenso das Casas voltou a tramitar na Câmara (PEC 255/04), lembra o consultor do Senado José Patrocínio. Disputas políticas na Câmara geraram desdobramentos do texto inicial, como as PECs 285/04 e 293/04. O último acordo com o governo, para acabar com as divergências entre prefeitos e a área econômica sobre a base em que incidiria o aumento de um ponto percentual em 2007, produziu uma nova PEC, a 58/07, em maio. Ela esclareceu que o aumento seria aplicado a partir de setembro e não sobre a receita de IR e IPI de todo o exercício. No Senado, recebeu o número 75/07.

Mobilização no Senado acelera aprovação

A última mobilização dos prefeitos, principalmente dos pequenos e médios municípios do país, realizada na quarta-feira, no auditório Petrônio Portela do Senado Federal, foi bem-sucedida pelo menos em relação ao ponto mais urgente da pauta de reivindicações da agenda municipalista no Congresso.

A pressão dos prefeitos assegurou a votação, na parte da manhã, do aumento do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A proposta não estava na pauta da CCJ. A atuação dos filiados à Confederação Nacional dos Municípios (CNM) também agilizou o acordo para a aprovação

da PEC 75/07 na sessão do Plenário, que se estendeu até quase 22h.

O encontro dos prefeitos marcou posição sobre a PEC que prorroga a Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), que ainda se encontra na Câmara. Eles querem partilhar os recursos com os governadores na mesma proporção. Ou seja, se a União abrir mão de 20% da receita da CPMF, a distribuição seria de 10% para os estados e 10% para os municípios.

Outro ponto da agenda foi a chamada PEC dos Precatórios. O senador Valdir Raupp

(PMDB-RO), relator da PEC 12/06, afirmou que se trata de "questão sensível" e que não chegou à versão definitiva do relatório. Ele informou aos prefeitos que, em 15 dias, deve apresentar na CCJ o seu relatório, refeito pela nona vez.

A CNM ainda lançou a campanha "Saúde, essa luta é dos municípios! EC 29, regulamentação já!", para pressionar o governo a aprovar o Projeto de Lei Complementar 1/03. A proposta regulamenta a Emenda Constitucional 29, que trata do financiamento da saúde nos três níveis de governo.

Municipalistas querem fatia maior no bolo da CPMF, de 10% do total



Prefeitos em Brasília: mobilização ajudou a aprovar aumento do FPM no Senado em um único dia

PLENÁRIO

Direito vai assumir vaga no Supremo

Com 61 votos favoráveis, 2 contrários e uma abstenção, o Plenário do Senado aprovou na quarta-feira a indicação de Carlos Alberto Menezes Direito, ministro do Superior Tribunal de Justiça (STJ), para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), em vaga decorrente da aposentadoria do ministro José Paulo Sepúlveda Pertence. A indicação, feita pelo presidente Lula, já havia sido aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com o voto de 22 dos 23 membros da comissão e uma abstenção.

A atuação profissional de Carlos Alberto Direito foi saudada pelos senadores Aloizio Mercadante

(PT-SP), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Francisco Dornelles (PP-RJ), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Alvaro Dias (PSDB-PR), Marconi Perillo (PSDB-GO), Magno Malta (PR-ES), Eduardo Suplicy (PT-SP) e José Nery (PSOL-PA).

Mercadante afirmou que Carlos Alberto Direito conta com notório saber jurídico e carreira longa e consistente na magistratura, tendo sido um dos principais entusiastas do Código de Defesa do Consumidor (Lei 8.078/90). Flexa Ribeiro disse que Direito, que fez carreira no Rio de Janeiro, será o primeiro paraense a ocupar o cargo de ministro do STF. Dornelles destacou a atuação do ministro como secretário de Educação do

Rio de Janeiro.

O indicado é paraense, doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro e ministro do STJ desde 1996. Entre outras atividades, foi prefeito em exercício da cidade do Rio de Janeiro, em períodos de 1979 e de 1980, presidente da Fundação de Artes do Rio de Janeiro (1981/1982) e da Casa da Moeda do Brasil (1985/1987), secretário de estado de Educação (1987/1988), desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (1988/1996) e presidente do Conselho Nacional de Direito Autoral. É professor titular do Departamento de Ciências Jurídicas da PUC-RJ.



Durante discussão no Plenário, Tião Viana lembrou que medida provisória foi inspirada em projeto de sua autoria

Pensão a hansenianos: MP volta para a Câmara

Apesar do acolhimento geral no Senado à medida provisória (MP 373/07) que concede pensão especial, vitalícia e intransferível, no valor de R\$ 750 mensais, a vítimas da hanseníase submetidas a isolamento e internação compulsórios em hospitais-colônia até 31 de dezembro de 1986, uma questão técnica determinou seu retorno à Câmara. O fato ocorreu porque o relator no Senado, Tião Viana (PT-AC), rejeitou emenda da Câmara incorporada ao projeto de lei de conversão (PLV 24/07) aprovado naquela Casa, oriundo da MP 373/07. Agora, a Câmara vai ana-

lisar a decisão do Plenário do Senado e dará o voto final, encaminhando a proposta, então, à sanção presidencial.

Segundo o relator, o assunto sensibilizou tanto o governo Lula que ele resolveu determinar a reparação rapidamente, por meio de MP. A iniciativa deve beneficiar cerca de 3 mil ex-internos, muitos deles afastados da família e levados pela polícia sanitária, ainda crianças, para colônias de isolamento. Embora uma norma internacional determinasse o fim do isolamento

em 1959, a prática continuou no país até meados da década de 1980, em decorrência, segundo Tião Viana, de preconceito e desinformação por parte da sociedade.

A pensão aos hansenianos será paga pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e deve demandar R\$ 27 milhões anuais dos cofres públicos. A proposta cria ainda a Comissão Intermunicipal de Avaliação para emitir parecer prévio sobre os pedidos de pensão. Atualmente, mais de 40 mil casos da doença surgem por ano no país.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG) protestaram contra a viabilização do benefício via MP. Em resposta, Ideli Salvatti (PT-SC) disse que a urgência e a relevância do assunto justificariam a apresentação da medida provisória.

Senado aprova três indicações para o TST

O Plenário do Senado aprovou a indicação dos juizes do Trabalho Pedro Paulo Manus, Fernando Ono e Guilherme Augusto Caputo Bastos para assumirem cargos de ministro do Tribunal Superior do Trabalho (TST), em vagas reservadas a juizes de carreira. A Presidência da República, que fez as indicações, será comunicada sobre a aprovação.

Pedro Paulo Manus, mestre e doutor em Direito do Trabalho que foi vice-presidente administrativo do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) de São Paulo, recebeu 51 votos favoráveis e 5 contrários. Um senador absteve-se de votar. Relator da mensagem que tratou da indicação, Aloizio Mercadante (PT-SP) registrou que Manus tem uma longa carreira acadêmica como

professor da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O juiz Fernando Ono, que foi vice-presidente do TRT do Paraná, recebeu 52 votos favoráveis e 4 contrários. Dois senadores se abstiveram de votar. O relator da matéria, senador Osmar Dias (PDT-PR), lembrou que o nome foi aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O terceiro indicado, Caputo Bastos, foi presidente e vice do TRT de Mato Grosso. A relatora, senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), destacou em seu parecer apresentado na CCJ que ele é um juiz que sempre se preocupou em garantir que a Justiça esteja ao alcance de todos. Bastos recebeu 53 votos favoráveis e 4 contrários.



Direito, na foto com Marco Maciel (D), assumirá cadeira de Sepúlveda Pertence, que se aposentou

Preocupação com o número de processos

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), a indicação de Carlos Alberto Direito para o quadro de ministros do Supremo Tribunal Federal foi aprovada com 22 votos e uma abstenção. Como o indicado está perto de completar 65 anos, idade limite para entrar no STF, a CCJ colocou a matéria em pauta um dia após a mensagem presidencial. Antes da data de aniversário, em 8 de setembro, a nomeação precisará ser formalizada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Carlos Alberto Direito vai ocupar no STF vaga aberta com a aposentadoria do ministro José Paulo Sepúlveda Pertence.

O engajamento do ministro em ações lideradas pela Igreja contra o aborto e as pesquisas com células-tronco motivou vários questionamentos por parte dos senadores. A todos, foi enfático ao afirmar que não mistura sua fé católica com o papel de magistrado, em que, como afirmou, segue as disposições das leis votadas pelo Congresso.

– Minha fé católica, do que tenho muito orgulho, me faz defender intransigentemente o princípio da vida. Mas sou juiz e juiz não discute sua fé no cumprimento da lei – assinalou.

Ele abordou o problema da lentidão da Justiça, que seria fator de angústia também para

os magistrados. Afirmou que os processos demoram, em grande medida, pelo excesso de recursos disponibilizados às partes em litígio – cerca de 20 antes mesmo do exame do mérito das ações. Também criticou o grande número de processos que chegam aos tribunais superiores. Segundo ele, em julho, cada ministro do STJ recebeu cerca de 1.200 processos para exame.

– Os tribunais não vão resistir se essa demanda perdurar – alertou.

Direito, que ofereceu apoio para colaborar com os parlamentares no estudo de revisões legais para aperfeiçoar as ações da magistratura, disse que a lentidão e o excesso de processos ampliam as possibilidades de erro nas decisões. Além disso, há dificuldades até para a triagem de impedimentos que vedem a participação dos ministros nos julgamentos. Entre as hipóteses, citou a de o magistrado – sem que perceba – julgar o mesmo processo de que participou quando ainda integrava tribunais estaduais ou outra corte, muitos anos antes.

Foi por erro de triagem, observou, que ele teria participado de julgamento de um recurso – não

de mérito – em ação contra a Petrobras, promovida pela empresa Vera Cruz. No processo, a estatal foi obrigada a pagar à reclamante R\$ 3,4 bilhões. Depois, o STJ anulou a decisão, ao acolher recurso da Petrobras, com base no argumento de que um filho do ministro – Carlos Gustavo Direito – era estagiário do escritório de advocacia que representava a Vera Cruz.

Quem pediu esclarecimentos sobre o caso foi Jefferson Péres (PDT-AM). O senador alegou ser

um dever abordar a questão. O indicado agradeceu a iniciativa, apresentou sua explicação e, visivelmente emocionado, destacou os valores morais que sempre pautaram sua conduta.

– A notícia pretende dar aos fatos significado que não existiu – concluiu.

No relatório sobre a mensagem presidencial que designou o ex-ministro do STJ para o Supremo, o senador Valter Pereira (PMDB-MS) destaca que o indicado é um respeitado jurista, tem experiência, credibilidade e intensa produção acadêmica no ramo do Direito. O nomeado é doutor em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

Nomeação foi agilizada para que Direito assumira antes de fazer 65 anos

COMISSÕES

Miguel de Souza pode integrar diretoria do Dnit

O engenheiro civil Miguel de Souza teve sua indicação aprovada pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) na terça-feira. Indicado para exercer o cargo de diretor de Planejamento e Pesquisa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), seu nome ainda será submetido ao Plenário.

Graduado pela Universidade Federal da Paraíba, Miguel de Souza ocupou as secretarias de Agricultura e Abastecimento; da Indústria, Comércio, Minas e Energia; da Segurança, Defesa e Cidadania; e da Agricultura, Produção e Desenvolvimento do estado de Roraima. Foi também diretor-geral do Departamento de Estradas de Rodagem (DER) daquele estado.

Ao falar aos senadores sobre

sua proposta de trabalho, o engenheiro defendeu o investimento em pesquisas sobre materiais de pavimentação – para reduzir custos operacionais – e o estímulo à adoção de tecnologia internacional adaptada às condições do país. Ele disse que dará atenção especial a ações estratégicas coerentes com os objetivos do Ministério dos Transportes, principalmente com as propostas de melhoria da infra-estrutura de transportes incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Miguel de Souza se comprometeu ainda a avaliar a percepção da sociedade a respeito da infra-estrutura de transportes e a manter diálogo constante com as comissões pertinentes no Congresso Nacional.

Parlamento do Mercosul debate educação

Os parlamentares brasileiros que integram o Parlamento do Mercosul decidiram realizar três audiências públicas. Na terça-feira passada, por sugestão do deputado Dr. Rosinha (PT-PR), foram aprovados convites para que o ministro da Educação, Fernando Haddad, e o presidente da Itaipu, Jorge Samek, compareçam à comissão, o primeiro para debater o processo de educação no Mercosul e o segundo para prestar esclarecimentos sobre as relações diplomáti-

cas entre Brasil e Paraguai, tendo como pano de fundo a empresa binacional Itaipu.

Por indicação do deputado Geraldo Thadeu (PPS-MG), o embaixador Otto Maia, subsecretário-geral das Comunidades Brasileiras no Exterior, deverá falar sobre a migração de brasileiros para o Paraguai.

Estiveram presentes à reunião os senadores Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), presidente do colegiado, Adelmir Santana (DEM-DF) e Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Comissão ratifica três novos embaixadores

Três indicações presidenciais de embaixadores brasileiros para a Colômbia, a Áustria e o Catar foram aprovadas pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) na quinta-feira e irão ao exame do Plenário.

Valdemar Carneiro Leão Neto, indicado para a Colômbia, elogiou o desempenho econômico desse país, cujo crescimento tem oscilado entre 5% e 6% ao ano, nos últimos três anos. As exportações brasileiras cresceram 200% no mesmo período, alcançando US\$ 2,1 bilhões em 2006 – contra importações de apenas US\$ 248 milhões. Os maiores desafios do país vizinho, observou Carneiro Leão, estão na área política: a guerrilha e o narcotráfico ainda tornam “complexo” o quadro político da Colômbia.

O atual desequilíbrio do comércio entre o Brasil e a Áustria foi ressaltado por Júlio César Zelner Gonçalves, indicado para embaixador em Viena. As exportações brasileiras em 2006 limitaram-se a US\$ 143,8 milhões, contra importações

de US\$ 466,8 milhões. Embora mantenha a política de “neutralidade ativa”, a Áustria tem participado de missões internacionais e desaprovou a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, informou Gonçalves.

Acordo entre Mercosul e países do Golfo

Já Anuar Nahes classificou o Catar como um “excelente posto de observação política”: um país aberto ao exterior, com política externa “ousada” e muito rico, principalmente por causa de suas grandes reservas de gás natural.

Ainda em 2007, segundo Nahes, poderá ser firmado acordo de livre comércio entre o Mercosul e o Conselho de Cooperação do Golfo, que inclui, além do Catar, Emirados Árabes Unidos, Bahrein, Arábia Saudita, Omã e Kwaite.

As mensagens com as indicações tiveram pareceres favoráveis dos relatores, respectivamente, Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Marco Maciel (DEM-PE) e João Tenório (PSDB-AL).



Ronaldo Mota Sardenberg considerou “muito bem-vindo” o interesse pela desagregação de redes



Novos usos para conteúdo audiovisual

O presidente da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), Ronaldo Mota Sardenberg, considerou “muito bem-vindo” o interesse pela chamada desagregação de redes de telecomunicações demonstrado pelos participantes da quarta audiência pública sobre Conteúdo Audiovisual em Tempos de Convergência Tecnológica, promovida pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT).

Os participantes defenderam a adoção de mecanismos de proteção à concorrência no mercado de telecomunicações, especialmente após a chegada da convergência tecnológica, que permitirá o acesso a conteúdos audiovisuais por distintos meios, como televisores, celulares e computadores. A desagregação permitiria o uso das atuais redes por outras empresas, além das grandes concessionárias de telecomunicações.

– Já existe um esforço na Ana-

tel para estudar a desagregação, mas esse interesse levará a agência a acelerar os esforços e tratar o assunto com um viés mais decisório. Não há prazo definido para a conclusão dos estudos, mas não se pode excluir que esse prazo seja adotado – afirmou Sardenberg ao senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O presidente da Associação Brasileira de Prestadoras do Serviço de Comunicação Multimídia, Manoel Santana Sobrinho, teme que o ambiente de convergência amplie o monopólio das concessionárias para a distribuição de conteúdo audiovisual.

A desagregação de redes poderá trazer mais concorrência ao setor, na opinião do presidente-executivo da Associação Brasileira dos Prestadores de Serviços de Telecomunicações Competitivas, Luís Cuza. Já o presidente da

Associação Paulista de Cineastas, Ícaro Cataldi Martins, defendeu a separação das funções de produção e distribuição de conteúdo. Os direitos dos produtores de conteúdo foram também defendidos pelo 3º vice-presidente da Associação Brasileira de Propriedade Intelectual, João Carlos Müller Chaves.

Para Flexa Ribeiro,

há consenso sobre a necessidade de um novo marco legal para as telecomunicações. Marcelo Crivella (PRB-RJ) sugeriu uma menor concentração

de poder e renda,

inclusive nas telecomunicações. Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) pediu uma definição mais clara dos papéis dos produtores e distribuidores de conteúdo, enquanto os senadores Augusto Botelho (PT-RR) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticaram os altos preços cobrados pela banda larga no país.

Sardenberg, da Anatel, promete que agência vai acelerar estudos

Gás natural evita apagão, diz Delcidio

A forma de evitar um possível racionamento de energia elétrica em 2009 é realizar investimentos em gás natural, disse o vice-presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), senador Delcidio Amaral (PT-MS), durante o 8º Seminário Nacional de Petróleo e Gás Natural no Brasil: Responsabilidade Social Ambiental, Competitividade, Produtos e Tecnologias, realizado na quinta-feira no auditório do Programa Interlegis.

Para Delcidio, embora os reservatórios das hidrelétricas estejam em níveis razoáveis, a situação energética é sustentável por no máximo três anos, prazo insuficiente para novos projetos, destacando a importância de se investir em gás natural como prevenção a um eventual apagão. A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e a Petrobras, informou, estabeleceram acordo para viabilizar um programa de gás natural que permitirá colocar as termelétricas de gás em funcionamento.



Deputado Eduardo Gomes (E) e Delcidio Amaral em seminário realizado no Interlegis: preocupação com investimentos na matriz energética

Questões ambientais e a forma de contratação e execução das obras, afirmou, dificultam investimentos na ampliação do abastecimento de gás natural. É preciso discutir mudanças na Lei de Licitações, defendeu, mencionando ainda a importância de aprovar o marco regulatório.

O deputado Eduardo Gomes (PSDB-TO) lamentou que, apesar

do potencial brasileiro para uma matriz energética limpa, a tendência tem sido pelo uso de fontes mais caras, menos limpas e que causam problemas ambientais. Já o secretário-executivo do Instituto Brasileiro de Petróleo, Gás e Biocombustíveis, Álvaro Teixeira, defendeu a autonomia das agências regulatórias, para que possam cumprir sua função.

COMISSÕES



Ideli Salvatti e Raimundo Colombo durante a votação do projeto que regulamenta os estágios

Aprovado projeto que defende estagiários

A regulamentação do estágio profissional proposta em projeto (PLS 44/07) do Executivo, que visa atualizar a legislação e ampliar as oportunidades de estágios nas empresas, foi aprovada por unanimidade pelas comissões de Educação (CE) e de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira. Em reunião conjunta, foram acolhidos os pareceres dos senadores Ideli Salvatti (PT-SC), pela CAS, e Raimundo Colombo (DEM-SC), pela CE. O projeto, em regime de urgência, segue para o Plenário.

Pelo texto, estudantes com mais de 17 anos de idade poderão participar de estágios de no máximo 30 horas semanais, o que inclui os alunos de ensino superior, os de cursos profissionalizantes, de ensino médio, especiais ou os que cursem os

anos finais do ensino fundamental, na modalidade presencial e profissional de educação de jovens e adultos.

De acordo com Colombo, o projeto interessa a cerca de 1 milhão de estagiários e aos 10 milhões que aguardam oportunidade de estágio. Ao fixar um máximo de 30 horas semanais para os estágios, disse, a proposta contribui para impedir que as empresas contratem estagiários em lugar de trabalhadores regulares.

Para ele, uma importante inovação está no fato de o projeto definir que o estágio, mesmo como atividade não-obrigatória, deve fazer parte do projeto pedagógico do curso. Além de prever 30 dias de recesso, preferencialmente coincidentes com as férias escolares, caso o estágio

tenha duração igual ou superior a um ano. Se o período de estágio for inferior a um ano, o recesso deve ser proporcional. O texto ainda determina que as empresas terão que oferecer seguro contra acidente, com apólice compatível com os valores de mercado. Por sugestão de Flávio Arns (PT-PR), a lei também se aplica aos estudantes com deficiência.

A regulamentação seria aplicada ainda a estágios de estrangeiros matriculados em instituições de ensino no Brasil. Os chamados agentes de integração – empresas ou organizações não-governamentais que intermedeiam a contratação dos estagiários – não poderão cobrar nada dos estudantes por esses serviços. Ideli disse ter conversado sobre o projeto em reuniões com o ministro da Educação, Fernando Haddad.

Mercosul define agenda de comissões

O Parlamento do Mercosul realiza a partir desta segunda-feira sua quinta sessão ordinária em Montevideu, no Uruguai, que se estenderá por dois dias e deve definir a constituição de suas comissões permanentes. Também deverá ser apresentado um informe da presidência *pro tempore* do Parlamento, atualmente exercida pelo deputado uruguaio Roberto Conde.

O Parlamento do Mercosul contará com dez comissões. Entre elas as de Assuntos Jurídicos e Institucionais, Assuntos Econômicos, Assuntos Internacionais e a de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Esportes. Cada um dos quatro sócios efetivos do Mercosul – Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai – deverá contar com duas

comissões de modo permanente. As demais, que caberiam à Venezuela, sócio em processo de adesão, serão provisoriamente presididas por outros países.

As comissões poderão, segundo o regimento interno aprovado na última reunião, promover reuniões públicas sobre questões ligadas ao desenvolvimento do processo de integração dentro do Mercosul, com a presença de representantes de entidades da sociedade civil, de setores produtivos, de organizações não-governamentais e de movimentos sociais. As reuniões serão em Montevideu, salvo em casos excepcionais, nos quais, por decisão da maioria de seus integrantes, as comissões poderão reunir-se em outros dos países que compõem o bloco.

Subcomissão discute meia-entrada

O pagamento de meia-entrada para estudantes e idosos em espetáculos artísticos, culturais e esportivos, proposto por Flávio Arns (PT-PR), será debatido nesta quarta-feira pela Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, vinculada à Comissão de Educação (CE). O benefício consta do PLS 188/07.

– Não há regulamentação em nível nacional para espetáculos artísticos. Há leis municipais e estaduais declaradas inconstitucionais, o que acaba provocando uma grande confusão – disse Sérgio Zambiasi (PTB-

RS), que presidiu a reunião da última quarta-feira, em que foi aprovado o debate.

Duas outras audiências foram aprovadas. Uma sobre o projeto de lei da Câmara (PLC 59/03) que trata da regionalização da programação cultural, artística e jornalística, bem como da produção independente nas emissoras de rádio e televisão. A outra, sugerida por Flexa Ribeiro (PSDB-PA), subsidiará a discussão de seu projeto (PLS 280/07) para a produção, programação e provimento de conteúdo brasileiro para distribuição por meio eletrônico.

DEBATES

Turismo com acessibilidade é lucrativo

Representantes do Poder Executivo expuseram em audiência pública as ações para desenvolver e facilitar o turismo para as pessoas portadoras de deficiência. O encontro foi promovido pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR) e pela Subcomissão Permanente de Assuntos Sociais das Pessoas com Deficiência, vinculada à Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

A coordenadora-geral de Segmentação de Turismo, Jurema Monteiro, destacou o *Manual de Orientações sobre Turismo e Acessibilidade*, disponível na internet e distribuído às 87 regiões com potencial turístico mapeadas pelo Ministério do Turismo. Segundo disse, o tema “inclusão” é prioridade no Plano Nacional de Turismo 2007/2010. Jurema citou projeto piloto desenvolvido na cidade de Socorro (SP), que será o primeiro destino turístico brasileiro inteiramente preparado

para o turista especial.

Diretor de regulação e gestão da Secretaria Nacional de Transporte e da Mobilidade Urbana do Ministério das Cidades, Carlos Morales mencionou o Programa Brasil Acessível, que enviou uma coleção de livros com normas para facilitar a locomoção das pessoas portadoras de deficiência às 458 cidades brasileiras mais populosas e a 75 mil escolas e professores de engenharia e arquitetura de todo o Brasil.

– É mais fácil fazer com que as barreiras não nasçam do que desfazê-las – disse, informando que o Ministério das Cidades só avaliza financiamentos para frotas de ônibus que contemplem a acessibilidade.

O representante do Ministério dos Transportes, Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, afirmou que, embora a pasta se encarregue prioritariamente da infraestrutura do setor, o Programa

de Passe Livre de Transportes Interestaduais, que beneficia pessoas portadoras de deficiência, pode ser utilizado para favorecer o turismo. Para a conselheira do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência (Conade), Maria Madalena Nobre, as principais reivindicações de portadores de deficiência são a adequação dos serviços turísticos, como a derubada de barreiras físicas nos hotéis e cardápios em braile, a melhor capacitação dos funcio-

nários do setor hoteleiro e uma maior oferta de oportunidades de trabalho na área de turismo para portadores de deficiência.

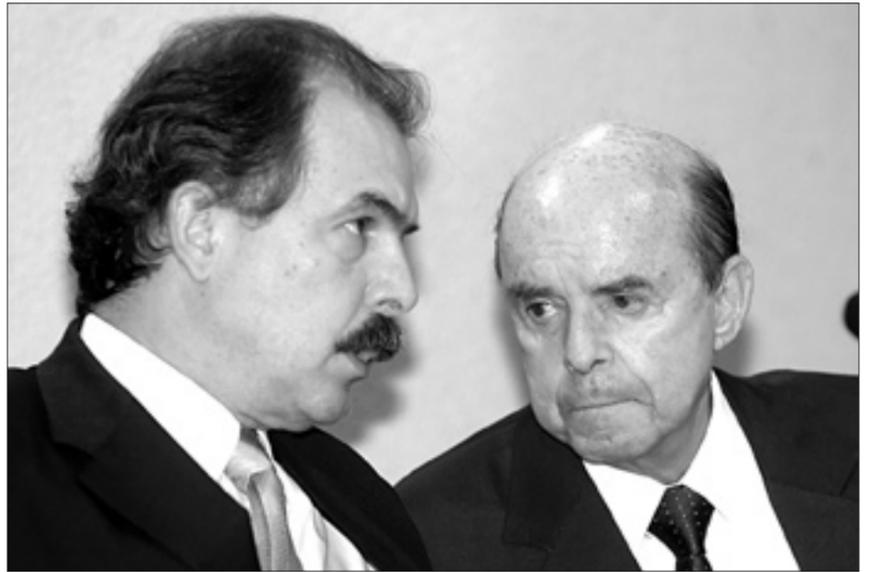
Izabel Maior, que é coordenadora-geral da Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (Corde), vinculada à Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, afirmou que facilitar a vida de pessoas portadoras de deficiência pode aumentar a lucratividade no setor.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) parabenizou os atletas brasileiros que participaram dos Jogos Parapan-Americanos e conquistaram o maior número de medalhas. Rosalba Ciarlini (DEM-RN) sugeriu que os administradores locais sejam mais bem informados sobre acessibilidade. Por sua vez Augusto Botelho (PT-RR) agradeceu ao diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, pela tradução simultânea da audiência na Linguagem Brasileira de Sinais (Libras).



Eduardo Azeredo (C) presidiu debate com autoridades sobre a inclusão no setor turístico

COMISSÕES



Suplicy, na foto acima com Colombo, lê relatório sobre pregão eletrônico em licitações; Mercadante (ao lado de Dornelles), sugeriu adiamento do exame para esta semana

Pregão pode ter limite de R\$ 3,4 mi

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), relator do projeto do governo que amplia o uso do pregão eletrônico no setor público, confirmou indicação pela obrigatoriedade desse mecanismo na seleção de empresas para executar obras e serviços de engenharia estimados em até R\$ 3,4 milhões. Apresentado na terça-feira à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o texto do relator estipula um valor bem abaixo dos R\$ 51 milhões previstos no parecer da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT).

Não houve tempo para debate e votação do PLC 23/07, já aprovado pela Câmara com mudanças no texto apresentado pelo governo. Por sugestão do presidente da CAE, Aloizio Mercadante (PT-SP), o exame foi adiado para a próxima semana. Da CAE, o projeto seguirá para o Plenário, junto com parecer também da Comissão de Consti-

tuição, Justiça e Cidadania (CCJ), com o mesmo limite compulsório para pregões referentes a obras acolhido na CAE.

Mas nenhum dos dois valores agrada as entidades da construção civil. O setor queria que obras e serviços de engenharia ficassem de fora dos pregões eletrônicos – considerados mais eficazes para evitar que concorrentes combinem entre si os preços e direcionem as concorrências. Com o avanço dos debates, as entidades passaram a aceitar a novidade, como teste, mas apenas para limite de valor usado na modalidade da carta-convide, de R\$ 340 mil, como foi fixado no texto que saiu da Câmara.

No Brasil, os pregões eletrônicos foram instituídos pela Lei 5.520, de 1992, exclusivamente para a aquisição de bens e serviços comuns. Com o projeto enviado ao Congresso, incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC),

o governo promovia alterações na Lei de Licitações (Lei 8.666/93) para agilizar e ampliar o uso dos pregões nesse tipo de aquisição. Não previa seu uso na contratação de obras nem estabelecia limites de valor para utilização obrigatória, medidas introduzidas pela Câmara.

Em audiência na CAE, representantes do setor de construção disseram que os pregões eletrônicos, para o caso das obras, podiam trazer riscos à segurança dos projetos. Suplicy, no seu relatório, observou que a experiência dos pregões, no caso dos bens e serviços, reduziu o tempo médio das licitações em 50% e dos custos das contratações em 20%.

Suplicy também avaliou que não existe “razão objetiva” para restrição dos pregões no caso de obras

e serviços de engenharia. E deu o exemplo do Tribunal de Contas da União (TCU), que já vem aplicando essa modalidade na contratação de suas obras e recomenda que o uso seja ampliado no setor público. Mas Suplicy considerou o limite

Teto aplica-se a licitação eletrônica de obras e serviços de engenharia

de obrigatoriedade aprovado na CCT elevado, daí a sugestão de que o pregão seja facultativo para obras acima de R\$ 3,4 milhões. Acima dessa margem, caso o administrador opte pelo pregão, devem ser adotadas cautelas que permitam – conforme Suplicy – afastar empresas “aventureiras e sem experiência”. Para afastar riscos de execução ineficiente e de descontinuidade dos contratos, o relator propõe que as empresas ofereçam garantia mínima de 2% para todo contrato acima de R\$ 51 milhões.

Além disso, propõe garantia adicional de até 10% do valor do contrato quando a proposta do licitante for inferior a 80% do valor orçado pela administração.

Para evitar irregularidades na execução e aumento nos valores de contratos, Suplicy propõe que as licitações das obras somente sejam iniciadas após a conclusão do projeto executivo. E que os aditivos contratuais não ultrapassem o percentual de 5% do valor total de compras e serviços em geral, 10% de obras e serviços de engenharia (atualmente o índice é de 25% para essas duas categorias) e 25% para contratos de reforma de edifícios e equipamentos (hoje é permitido 50%).

Suplicy argumenta que os aditivos são um dos principais mecanismos para favorecer a corrupção em contratos públicos, conclusão a que chegaram integrantes do Ministério Público e do TCU.

Falta analisar 39 mil convênios, diz TCU

O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Ubiratan Aguiar, relator das contas do governo relativas a 2006, alertou que estão pendentes de análise cerca de 39 mil convênios já encerrados e que envolveram transferências de R\$ 12,4 bilhões de recursos da União para estados, municípios e entidades privadas.

Os dados, segundo disse o ministro à Comissão Mista de Orçamento (CMO) na quinta-feira, só incluem convênios concluídos até o fim de 2005 e mostram que 1.800 acordos nem sequer tiveram suas contas apresentadas aos ministérios responsáveis pelas ações. No relatório apresentado aos parlamentares, Ubiratan Aguiar revela que o atraso médio para a apresentação das contas é de 3,9 anos, período que sobe para 5,4 anos de demora para a efetiva análise. De acordo com o relator, os gestores dos respectivos órgãos alegam que não dispõem de pessoal – em número e qualidade – para fazer

o exame das contas.

– Quando a análise vier a ocorrer, já não teremos como recuperar o dinheiro, se confirmada alguma irregularidade – disse.

Em relação às pastas ministeriais que fizeram os repasses e não tiveram retorno final sobre a execução dos convênios, a liderança é do Ministério da Educação: são 14 mil convênios, envolvendo R\$ 2,46 bilhões. Em seguida, aparece o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com mais de 9.600 convênios pendentes, por meio dos quais foi aplicado R\$ 1,26 bilhão. Os municípios são os mais faltosos com a prestação de contas.

Aguiar observou que a análise de contas de convênios não pode ser feita por servidores temporários e terceirizados, dos quais a administração pública vem se servindo para suprir carências de pessoal. No exercício de 2006, afirmou, o governo federal gastou R\$ 7,6 bilhões com terceirizados e temporários, 1%

a mais em relação ao despendido no ano anterior.

Depois de examinadas pelo TCU, as contas do governo são enviadas anualmente ao Congresso, para análise final. O relator designado, senador Francisco Dornelles (PP-RJ), terá 40 dias para emitir relatório, mas anunciou depois da audiência que pretende concluir seu parecer no menor prazo possível. Após exame na CMO, o relatório será votado no Plenário do Congresso.

Aguiar chamou ainda a atenção dos parlamentares para o fato de pouca ou nenhuma execução de políticas financiadas com recursos de fundos federais. Como caso mais grave, ele citou o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) – que deve financiar programas de inclusão digital e a incorporação de escolas e hospitais em redes eletrônicas de comunicação. Criado em 2000, esse fundo já acumula reservas acima de R\$ 4,3 bilhões, ainda sem qualquer gasto.

– Não houve desvio de finalidade, mas o fundo deve se voltar para os objetivos previstos na lei que o criou – disse.



Aguiar (ao microfone) criticou, em reunião da CMO presidida por José Maranhão (D), o estouro no orçamento de estatais

Empresas estatais infringem limites impostos pelo Orçamento

O ministro Ubiratan Aguiar chamou a atenção, na CMO, para a reincidência de um grupo de empresas estatais – entre as quais a Petrobras e a Infraero – na execução de despesas de investimentos acima do limite autorizado nos orçamentos anuais da União.

Aguiar observou que a obediência ao Orçamento é uma prescrição constitucional e, por isso, tomou a iniciativa de incluir ressalva no relatório sobre contas de 2006 para que os ministérios enquadrem as

estatais sob sua supervisão.

No caso da Petrobras, estaria ocorrendo ainda desobediência à Lei de Licitações. Segundo ele, a estatal já chegou a promover licitação superior a R\$ 1 bilhão com base em regras de carta-convide, que envolvem procedimentos mais simples, para aquisições de até R\$ 140 mil.

Aguiar disse que a estatal se apóia em mecanismo autorizativo da Lei do Petróleo, mas que tal dispositivo não pode prevalecer sobre a Lei de Licitações.

POLÍTICAS PÚBLICAS Sistema desenhado pelo governo prevê revolucionar o setor, mas não assegura recursos

Esporte: ousadia à espera de verbas

“Após o Pan, desenhamos um sistema nacional de esporte com definição de responsabilidades governamentais e das confederações.” A promessa foi feita pelo ministro do Esporte, Orlando Silva, antes do encerramento dos Jogos Pan-Americanos do Rio de Janeiro, em julho. O ministro também prometeu que esse novo sistema vincularia a prática esportiva à educação, caminho que trilharam, sem exceção, todos os países que mostram hoje sua força e seus resultados em competições internacionais de alto nível. Mais do que isso, a idéia do sistema é assegurar as fontes de financiamento para que isso possa ocorrer, avançando sobre mais recursos da loteria e dos orçamentos públicos, se possível com repasses assegurados pela Constituição.

O arcabouço do Sistema Nacional de Esporte e Lazer já está pré-aprovado. Seu texto foi avaliado durante a Conferência Nacional do Esporte, em maio de 2006. Pretende consolidar temas como direitos sociais e promover a articulação de parcerias entre governos – federal, estaduais e municipais –, entidades, empresas e população em torno dos três eixos que o integram: esporte educacional, de participação e de rendimento.

Não se pode, no entanto, esperar resultados imediatos a partir

da implantação do sistema. De fato, isso seria mais atribuição da Lei de Incentivo ao Esporte, cuja regulamentação foi assinada pelo presidente Lula no início do mês passado. O sistema, na verdade, vai fixar atribuições para cada uma das partes envolvidas (públicas ou privadas), estabelecer prioridades e definir rumos para inserir o esporte como um elemento estratégico no desenvolvimento nacional. Guardadas as devidas proporções, um pouco como fez Cuba há mais de 40 anos ou, mais recentemente, como fizeram os australianos (veja reportagem na página ao lado).

No Sistema Nacional de Esporte e Lazer estão presentes expressões como “inclusão”, “transparência” e “controle social”. No entanto, para que as determinações ali contidas sejam cumpridas na sua totalidade e nos prazos esperados, o anteprojeto não economiza em reivindicações econômicas.

A premissa básica é a autonomia orçamentária e financeira, que deverá ser garantida, diz o documento, com uma emenda constitucional que destine para o esporte um mínimo de 1% da receita tributária da União, dos estados e dos municípios. Ou seja, receitas carimbadas e irremovíveis, como já existe na educação e na saúde, e se pretende para a segurança pública.

Outro ponto importante é o que prevê a revisão dos atuais critérios



Acima, construção do Engenhão no Rio; ao lado, Orlando Silva e Cristovam (D), em debate na Comissão de Educação

para distribuição de recursos das loterias, privilegiando a remessa de recursos para os municípios. Além disso, serão estimuladas a criação de fundos para financiar o esporte e a aprovação de leis de incentivos fiscais, que aproveitariam parte das receitas de impostos e contribuições como a Cide, o fundo das telecomunicações e até mesmo a CPMF.



Medidas sugeridas pelo anteprojeto

* Emenda constitucional que destine um mínimo de 1% da receita tributária da União, dos estados e dos municípios para o esporte.

* Lei que permita o repasse de percentuais dos recursos do esporte, da União e do estado, direto ao município, proporcionalmente ao número de habitantes.

* Orientação de verbas diretamente aos municípios, proporcionalmente ao índice do FPM e do ICMS.

* Ampliação de percentual de repasse aos municípios das apostas de loteria esportiva e prognósticos (1% do arrecado no próprio município).

* Norma legal para regular a remessa diretamente aos municípios dos recursos provenientes da Lei 10.264/01 (Agnelo/Piva).

* Revisão da Loteria Esportiva, de forma que 50% do percentual previsto para o esporte e lazer sejam destinados aos municípios.



Projeto aposta no fortalecimento dos municípios

Não se pode acusar o anteprojeto do Sistema Nacional de Esporte e Lazer de timidez ou mediocridade. Com base na disposição de mudar – muito e para melhor –, o texto aprovado pela Conferência Nacional do Esporte em 2006 demonstra ousadia.

O sistema prevê, por exemplo, que serão criados programas de incentivo e financiamento de esportistas – como a bolsa-atleta do governo federal –, também no âmbito estadual e municipal. Construir, reformar, ampliar e modernizar a infra-estrutura pública existente (escolas, ginásios, piscinas, campos, pistas de atletismo, entre outros) são metas a serem divididas entre os diversos governos, e que dependem muito de recursos.

No cenário idealizado pelo sistema, cada prefeitura terá sua

própria secretaria de esporte, com profissionais de Educação Física, médicos, fisioterapeutas, psicólogos e outros. Cada escola terá seu próprio “clube esportivo” ou similar, incentivando a participação esportiva inclusive em modalidades não populares e esportes radicais e de aventura. No futuro, imagina o governo, haverá museus do esporte em cada município, laboratórios de pesquisa em todo o país e tribunais de justiça desportiva.

Para os cartolas que gostam de se perpetuar nos cargos, uma má notícia. O sistema propõe que a gestão das entidades esportivas (federações e clubes, inclusive) deve ser democrática e trans-

parente, com a realização de eleições diretas, tempo de gestão definida e – a grande revolução – o direito de voto para presidentes de clubes e atletas federados. Os dirigentes, além disso, terão que prestar contas dos recursos recebidos.

Caberá aos conselhos de esporte e lazer a gestão dos fundos para o setor, além da definição da política de investimentos nas áreas educacional, de participação e de rendimento. Os conselhos deverão ainda realizar a fiscalização do uso das verbas públicas, com prestações de contas atualizadas a cada 90 dias. O Ministério do Esporte terá de dar apoio a tudo isso, associando-se à pasta da

Educação objetivando formar profissionais e estabelecer parcerias para pesquisas científicas.

Está prevista a criação de centros de referência nas esferas estaduais e municipais, além da revisão da política de criação de centros de excelência, organizados junto às universidades e implantados por meio de parcerias público-privadas (PPPs).

As instituições que hoje comandam o esporte – como os comitês Olímpico e Paraolímpico Brasileiro, e as confederações de desporto escolar ou universitário –, juntamente com clubes, ligas, federações e associações, terão que participar da criação de escolinhas de formação e treinamento e da promoção dos eventos esportivos e de lazer para crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência.

Esporte brasileiro a reboque da “monocultura do futebol”

ANA LUIZA FLECK SAIBRO*

A Constituição de 1988 configurou o primeiro referencial de uma nova abordagem em relação ao esporte, já que todas as cartas anteriores silenciavam sobre a matéria. Surgem aí, entre outras, as noções do esporte como direito de todos e a autonomia de organização das entidades esportivas.

Não deixava dúvidas, portanto, o texto constitucional, sobre a opção feita pelo país. Esses princípios revelavam a gradual retirada do Estado das atividades

esportivas de alto rendimento, a serem apoiadas apenas em casos específicos – como as Olimpíadas –, e a entrega de sua organização à iniciativa privada.

No plano infraconstitucional, a Lei Zico e a Lei Pelé significaram esforços de adequação da legislação brasileira aos novos tempos vividos pelo esporte. A partir da década de 1990, transformado em espetáculo, o esporte passou a constituir peça fundamental na engrenagem da indústria de entretenimento nacional e internacional, transformado em negócio altamente rentável.

Embora tenham conseguido introduzir princípios inovadores em termos de moralização de práticas e procedimentos de gestão do esporte, esses instrumentos normativos parecem ter pecado pelo excessivo foco dado à regulamentação do futebol. Essa visão “futebolizada” do esporte acabou por reprimir a atenção a modalidades como o esporte educacional, por exemplo, e privilegiou-se o esporte de alto rendimento.

A Lei de Incentivo ao Esporte, recentemente aprovada, promete ser o início de uma política de

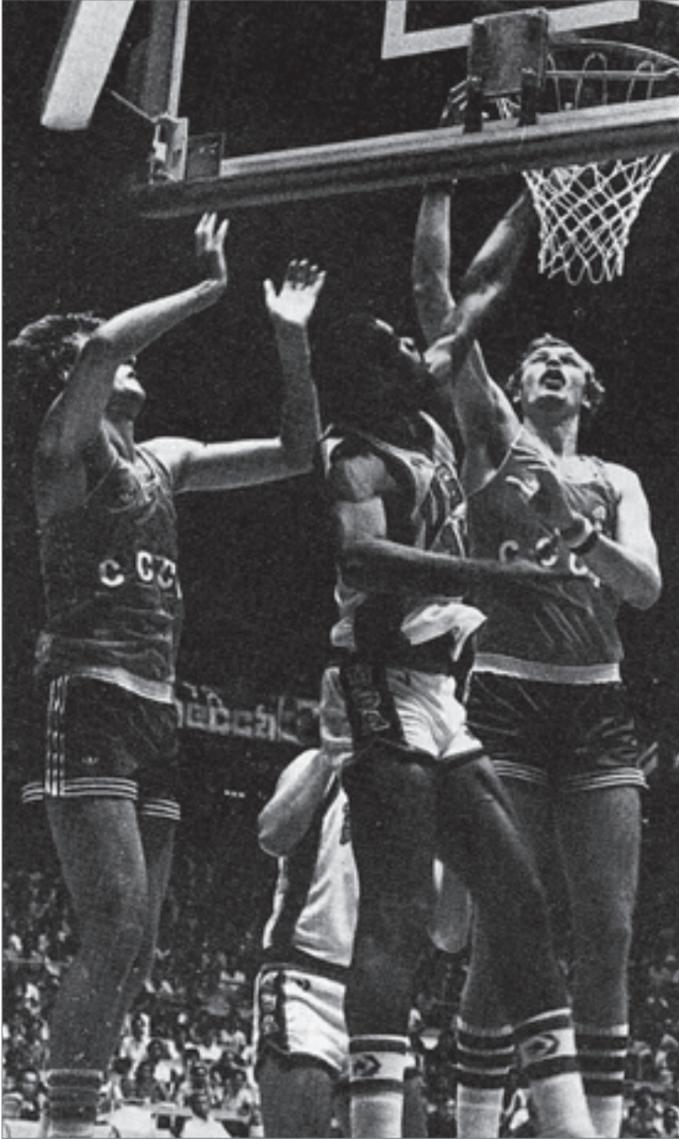
apoio a projetos diretamente relacionados com o desporto educacional, como ocorre tanto em Cuba como nos Estados Unidos. Ainda que financiada de maneira distinta, em ambos os países a prática esportiva está associada à rede de ensino.

Dos critérios utilizados pelo Ministério do Esporte para a seleção dos projetos a serem financiados poderá depender a futura inserção do Brasil no seleto rol dos países com permanente excelência esportiva.

*Jornalista e consultora legislativa

POLÍTICAS PÚBLICAS Rússia, Cuba e Austrália criaram modelos para a formação de atletas de alto desempenho

FLICKR



Time de basquete da extinta União Soviética em jogo contra os Estados Unidos, com quem disputava a hegemonia nos anos 80

Sucesso esportivo era marca da antiga URSS

Quem testemunhou, ao longo de décadas do século 20, os triunfos olímpicos da então União Soviética (URSS) – país que mais produziu medalhistas entre 1952 e 1992 – não pode imaginar que as origens eram diametralmente opostas à busca incessante dos records, “mania” que chegou a ser tachada de “burguesa” por Moscou.

Nos primórdios, a URSS encrava a prática esportiva dentro da estrita leitura do marxismo: uma mescla de atividades de lazer associadas ao próprio trabalho desenvolvido por cada cidadão. Era nas fábricas, nos intervalos entre os turnos de serviço, que os soviéticos se exercitavam, com o único propósito de atender à convicção oficial de que a cultura física fortaleceria o caráter.

Até os anos 1920, eram raríssimos os atletas soviéticos envolvidos em competições internacionais. Dos Jogos Olímpicos, inclusive, eles só viriam a participar em 1952, em Helsinque. O que eles buscavam era a combinação entre cultura física e esporte, considerada relevante pela direção do Partido Comunista.

– A cultura física tornou-se par-

te indissociável da educação comunista, importante instrumento de formação do povo soviético para o trabalho e para a proteção de sua mãe-pátria – atestava documento oficial de 1930.

Moscou criou programas para incentivar a prática esportiva. O primeiro deles, iniciado em 1931, era conhecido pelo nome “Preparando para o Trabalho e a Defesa”, um sistema de recompensas e cotas que estimulava a participação e a obtenção de resultados. Foi o embrião do Sistema de Classificação Esportiva Unificado, que a partir de 1949 delimitaria o desempenho dos potenciais campeões.

Depois da Segunda Guerra Mundial, cristalizou-se a certeza de que os soviéticos poderiam competir em condições de igualdade com os atletas dos países capitalistas. O primeiro triunfo internacional, do levantador de peso Grigory Novak, foi intensamente celebrado e o Partido Comunista fixou a meta “no curto prazo de conquistar a supremacia mundial nos principais esportes”. Previsão que, em grande parte, acabou se materializando.

Em 1963, a URSS já dispunha

de 15 institutos esportivos para treinamento de elite, além de um número enorme de escolas preparatórias de atletas espalhadas pelas repúblicas. Centros de pesquisa em Moscou e Leningrado buscavam os instrumentos para que os desempenhos se tornassem maiores e melhores.

O regime comunista mantinha seus campeões na condição de “amadores” – e, portanto, aptos a disputar as Olimpíadas e torneios mundiais – recorrendo ao expediente dos subsídios. Os principais atletas recebiam, desde 1945, prêmios em dinheiro por records alcançados. Quase todos eram empregados, com salários muito acima da média da população.

Como todos os dogmas soviéticos, o recrutamento de futuros campeões ainda muito jovens foi intensamente criticado enquanto o regime centralizador se esfacelava, na década de 1980.

O sucesso soviético, que sobreviveu durante cinco décadas, soube superar até mesmo a crônica falta de recursos que se instalou após a Guerra Fria. Em 1989, havia apenas 2.500 piscinas olímpicas na URSS, contra mais de um milhão nos Estados Unidos.

Campeões cubanos são recrutados na pré-escola

Estava lá, estampado na manchete de um jornal cubano, ao final dos Jogos Pan-Americanos de 1987, em Indianápolis (EUA): “Cuba: 7,5 medalhas por milhão de habitantes; EUA: 0,7”. Era o coroamento de duas décadas de intenso investimento na formação de atletas, que trouxe para os primeiros degraus dos pódios homens e mulheres nascidos em uma ilha com apenas 110 mil km² (pouco maior que Santa Catarina), uma população de 11,3 milhões de habitantes (em números atuais) e que sofria – como ainda sofre – um implacável bloqueio comercial.

O amor de Cuba pelos esportes não foi algo inventado por Fidel Castro. Tanto é verdade que o primeiro estádio de beisebol – uma paixão nacional só comparável ao futebol no Brasil – foi inaugurado em 1874. Como relata a jornalista americana Paula Pettavino em seu livro *Esporte em Cuba – o diamante bruto*, durante toda a primeira metade do século 20, o beisebol e o boxe representavam para os cubanos pobres (a imensa maioria) uma real – talvez a única – possibilidade de fugir da miséria.

Os triunfos mundiais podem ser explicados por duas razões: uma política de Estado que busca no esporte a afirmação do novo cidadão cubano revolucionário, livre de vícios do capitalismo; e

o apoio técnico e financeiro prestado pela União Soviética.

Cuba desenvolveu um eficiente sistema para identificar e recrutar talentos desde bem jovens. Todos, sem exceção, são avaliados. A seleção ocorre pela indicação de um professor; pelo desempenho em torneios; ou por exames para avaliar resistência, coordenação, velocidade, habilidade específica e saúde em geral.

Ainda com seis, sete ou oito anos, as crianças cubanas com bom potencial frequentam as pré-Eides, escolas de iniciação esportiva. Existem no país mais de 200 escolas desse tipo.

Das pré-Eides, mudam para as Eides e, na adolescência, passam a cursar o Instituto Superior de Cultura Física (ISCF) ou a Escola Superior de Aperfeiçoamento Atlético (Espa).

Segundo a jornalista Paula Pettavino, o fim dos subsídios soviéticos aos programas esportivos cubanos causou enorme impacto em toda essa linha de produção de superatletas. Hoje em dia, os US\$ 120 milhões anuais gastos no setor não representariam, segundo Havana, um fardo aos cofres públicos. As fontes de receita viriam principalmente dos prêmios obtidos pelas equipes cubanas em torneios internacionais e da exportação de equipamentos esportivos (basicamente luvas de boxe).

Governo transforma o esporte australiano

Uma perfeita associação entre vontade política, recursos abundantes e instrumentos bem aplicados explica o caso de sucesso do esporte australiano, que de um desempenho medíocre nos Jogos Olímpicos de Montreal (1976), com apenas três medalhas de bronze, transformou-se em uma das potências esportivas mundiais, em especial na natação. E o caminho australiano pode muito bem ser percorrido pelo Brasil, já que, no passado, os dois países guardaram semelhanças em seus modelos esportivos.

A Austrália, até um passado bem recente, confiava na estrutura dos clubes sociais para a produção de atletas. A virada começou há 25 anos, quando as autoridades perceberam que

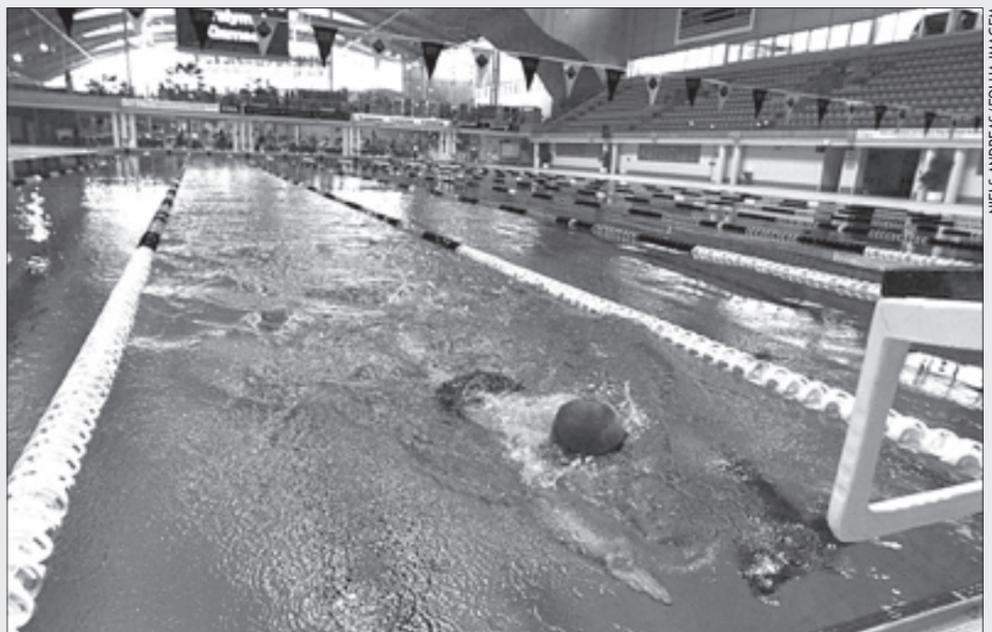
os clubes já não podiam atender às fortes demandas do cada vez mais competitivo cenário esportivo mundial.

Fundado em 1981, o governamental Instituto Australiano de Esporte (AIS) implantou um centro de excelência, com instalações completas e modernas, onde talentos esportivos pudessem ser lapidados. Ao começar, o AIS tinha 152 bolsistas. Hoje, são cerca de 700 atletas em 35 diferentes programas de 26 modalidades, atendidos por 75 técnicos. Todos recebem apoio financeiro para treinar e participar das competições, além, é claro, do suporte em termos de alimentação e cuidados físicos.

Não por coincidência, a consagração do novo modelo veio

quando o país sediou, pela segunda vez, os Jogos Olímpicos. Em Sydney (2000), atletas ou ex-atletas do AIS conquistaram 32 das 58 medalhas do time australiano. Até esportes antes desprezados pelo torcedor tornaram-se mais queridos e formaram boas equipes, como o próprio futebol. Não por acaso, a Austrália participou de duas das três últimas Copas do Mundo e o futebol já é o quarto mais popular do país.

O governo federal australiano gasta, segundo dados oficiais, o equivalente a R\$ 325 milhões por ano no AIS. A maior parte do investimento vem dos governos das províncias e dos municípios, além dos incontáveis patrocínios, parcerias e fornecedores envolvidos.



Austrália criou centro de excelência e é hoje uma das potências esportivas mundiais em natação

NIELS ANDREAS/FOLHA IMAGEM

INVESTIGAÇÕES Promotor ouviu 25 pilotos e todos disseram que a pista ficou mais escorregadia após a reforma

Congonhas com chuva não é seguro

O promotor de Justiça do estado de São Paulo Mário Luiz Sarrubbo, que acompanha as investigações sobre o acidente com o avião da TAM, ocorrido em 17 de julho, disse que o Aeroporto de Congonhas “não deveria funcionar de maneira alguma com chuva”. A declaração foi feita em audiência pública na CPI do Apagão Aéreo, da qual também participou o delegado da Polícia Civil de São Paulo Antônio Carlos Menezes Barbosa, responsável pelo inquérito que investiga o acidente, que causou a morte de 199 pessoas.

O promotor Sarrubbo afirmou ainda que já ouviu 25 pilotos e quase todos salientaram que a pista de Congonhas ficou ainda mais escorregadia depois da reforma realizada neste ano. Dois pilotos contaram a Sarrubbo terem tido problemas na pista molhada e relataram “que chegaram ao final da pista no momento do pouso”.

Sarrubbo criticou o fato de a

pista ter sido liberada depois de reformada, mas antes de ter sido feito o *grooving* (ranhuras transversais na pista que aumentam o atrito, ajudando a frear o avião). Ele frisou que 11 incidentes ocorridos este ano demonstraram que “a situação de Congonhas não é de total segurança”.

Tanto o promotor como o delegado responsável pelo inquérito afirmaram que condições inadequadas da pista de Congonhas podem ter contribuído para o acidente.

– Congonhas continua sob suspeita. Ninguém que investiga o acidente tem a convicção de que seja um aeroporto seguro – disse o relator da CPI, Demostenes Torres (DEM-GO).

O delegado Antônio Carlos Menezes Barbosa acredita que o inquérito, que já conta com mais de 3 mil páginas, deverá estar concluído “em no máximo um ano”.

Menezes Barbosa observou ainda que o acidente provavel-



FOTOS: JANE ARAÚJO

Demostenes Torres (E) ouve o delegado Barbosa e o promotor Sarrubbo na CPI: opiniões unânimes

mente foi provocado por “uma série de causas” e não apenas uma, e que seria precipitado afirmar que apenas um erro do piloto, ou um problema na pista, teria causado um acidente tão grave. O delegado garantiu que não há nenhum indício de falha no equipamento da aeronave.

Ex-diretora mentiu à CPI ou à Justiça, diz Demostenes

O relator da CPI do Apagão Aéreo, Demostenes Torres, afirmou que a ex-diretora da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) Denise Abreu “mentiu ou para a Justiça ou para a CPI”. A ex-diretora defendeu, diante da desembargadora do Tribunal Regional Federal da 3ª Região Cecília Marcondes, a validade de um documento que tratava das condições de pouso no aeroporto de Congonhas (SP). Na comissão, posteriormente, Denise Abreu afirmou que o documento era apenas “um estudo” e não tinha validade.

Em depoimento à CPI na semana passada, a desembargadora confirmou que documento apresentado pela Anac influenciou em sua decisão de liberar a pista do aeroporto de Congonhas em 15 de fevereiro deste ano. A pista havia sido fechada por uma decisão judicial de primeira instância. Segundo a desembargadora, a ex-diretora da Anac Denise Abreu compareceu pessoalmente ao gabinete dela e tratou como válido o documento apresentado pela agência.

– Ela dizia que as normas [da Anac] eram mais rígidas do que as internacionais, por isso podíamos ficar tranquilos que nada iria acontecer – contou a desembargadora.

A norma em questão determinava, entre outras considerações, que só seria permitido pousar em Congonhas com chuva se os dois reversos (equipamentos que ajudam a aeronave a parar) estivessem em pleno funcionamento. O avião da TAM que se aciden-

tou em 17 de julho, deixando 199 mortos, estava com um dos reversos travados e, caso essa norma fosse válida, a aeronave não poderia ter pousado naquele aeroporto.

– A desembargadora confirmou ter sido iludida, enganada. Ela derrubou uma decisão de primeira instância com base em um documento que a Anac fraudou em algum momento, ou com a juíza ou com a CPI – afirmou Demostenes.

A procuradora da República do estado de São Paulo Fernanda Teixeira Taubemblatt também participou da reunião. Ela contou

ter pedido reformas na pista de Congonhas em outubro de 2006, quando derrapagens começaram a ocorrer. O Ministério Público então ajuizou uma ação pedindo a interdição da pista de Congonhas até que a reforma fosse realizada.

A solicitação foi atendida parcialmente na primeira instância: o juiz proibiu o pouso de três tipos de avião – Boeings 737-700 e 737-800 e Fokker 100 – e determinou a interdição total em dias de chuva. A desembargadora Cecília Marcondes, no entanto, confiando em informações da Anac, cassou a validade dessas interdições, estabelecendo apenas restrições ao peso das aeronaves que pousavam em Congonhas.

O relator Demostenes Torres destacou que a norma da Anac que trata das condições de pouso em Congonhas foi publicada no *site* da agência como se tivesse entrado em vigor em 25 de janeiro de 2007.

Sócio da Aeromídia responde a denúncias

Na segunda reunião da CPI do Apagão Aéreo da semana, os senadores ouviram o empresário Carlos Alberto Carvalho, sócio da empresa Aeromídia, que negou todas as acusações feitas contra ele pela empresária Silvia Pfeiffer. Ambos foram sócios até 2004. Em depoimento à CPI, a empresária denunciou suposta participação de Carvalho em irregularidades envolvendo a Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero). O relator Demostenes Torres considerou que o empresário não conseguiu se justificar e demonstrar a contento que estava isento das acusações.

Demostenes disse que os dados das contas bancárias de Carlos Alberto Carvalho, cujo sigilo foi quebrado pela CPI, “são contundentes” e que a movimentação financeira do empresário teria que ser justificada, mas não foi. O senador afirmou ainda ser comum que acusados neguem as acusações.

O relator lembrou que Silvia Pfeiffer, entre outras denúncias, acusou Carvalho de ter corrompido o superintendente da Infraero em Curitiba, Mário de Ururany Macedo Neto, com o pagamento das mensalidades da filha dele na universidade. Também teriam sido feitos depósitos na conta da mulher de Ururany, Idelbran-

dina Olimpia Silva Macedo. Segundo a denunciante, em troca, a empresa de Carvalho conseguiria contratos de mídia no Aeroporto Afonso Pena, em Curitiba, especialmente nos casos em que havia dispensa de licitação.

Carlos Alberto Carvalho alegou que os pagamentos feitos pela Aeromídia à universidade eram para as mensalidades das duas filhas de Silvia Pfeiffer e estão “escriturados contabilmente” na empresa. Carvalho afirmou que os depósitos feitos na conta da mulher do superintendente do aeroporto destinavam-se ao pagamento de jóias vendidas por Idelbrandina e que eram compradas “compulsivamente” por Silvia Pfeiffer.

Carvalho disse ainda que a Aeromídia ficou proibida de ter conta bancária porque Silvia Pfeiffer teria emitido vários cheques sem fundo da empresa, o que teria causado o encerramento da conta. Por isso, os pagamentos eram feitos pela conta de uma outra empresa de Carvalho, chamada CID, localizada na casa dos pais dele.



Carlos Alberto Carvalho, da Aeromídia: alegações não convenceram o relator

O empresário não soube responder por que motivo a movimentação de CPMF dele teria “triplicado entre 2001 e 2006”, sem que houvesse modificação equivalente na declaração de renda. Carlos Alberto Carvalho confirmou que a empresa ofereceu estágio a dois filhos de funcionários da Infraero em Curitiba.

Já os dois representantes da corregedoria da Controladoria Geral da União (CGU), os procuradores federais Alexandre Penido Duque Estrada e Luiz Henrique Pandolfi Miranda, ouvidos sobre dois processos que investigam irregularidades na Infraero, deixaram de responder a grande parte das perguntas, argumentando que os processos ainda não foram julgados.

CPI ouve seis servidores da Infraero acusados de fraude

Seis servidores da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero) serão ouvidos pela CPI do Apagão Aéreo nesta semana, três na terça-feira e outros três na quarta-feira.

Eles são acusados de fraudar processo de aquisição de um *software* de gerenciamento de publicidade em 65 aeroportos administrados pela estatal.

O relator da comissão, Demostenes Torres, deverá detalhar a participação dos funcionários Fernando Brendaglia de Almeida, Márcia Gonçalves Chaves e Mariângela Russo na compra feita sem licitação.

Baseando-se em depoimentos de especialistas em aviação ouvidos pela CPI, Demostenes já chegou a declarar que o

programa fornecido pela empresa FS3 Comunicação e Sistemas à Infraero por R\$ 26 milhões não poderia custar mais do que R\$ 3 milhões.

Na quarta-feira, às 11h, a CPI toma os depoimentos dos servidores Tércio Ivan de Barros, Roberto Spinelli Júnior e José Wellington Moura, também investigados por supostas irregularidades no processo

de aquisição do *software* de gerenciamento de publicidade.

Atendendo a pedido da Controladoria Geral da União, a Infraero afastou todos os seis servidores envolvidos no caso, a fim de garantir autonomia à sindicância conduzida pela estatal para apurar as denúncias de irregularidades na contratação do serviço.

ÉTICA Plenário do Conselho de Ética muda decisão de Quintanilha e votação sobre Renan será na quarta-feira

Voto aberto vai decidir processo

Depois de uma reunião tumultuada e tensa que durou oito horas, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), resolveu atender a um pedido de vista coletiva e adiar para a próxima quarta-feira, às 10h, a votação – que será aberta – do relatório do processo contra o presidente do Senado, Renan Calheiros (PMDB-AL), por quebra de decoro parlamentar. O processo foi aberto para investigar denúncia de que ele teria tido parte de suas contas particulares pagas por um funcionário da construtora Mendes Júnior, conforme denúncia da revista *Veja*, em maio passado.

A princípio, Quintanilha negou requerimento do senador Marconi Perillo (PSDB-GO) para que o voto fosse aberto, mas foi obrigado a voltar atrás depois que o conselho, ao votar recurso do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), derrubou a decisão do presidente por dez votos a cinco.

O trio de relatores designados para elaborar o parecer não chegou a um consenso e apresentou dois relatórios. O primeiro, dos senadores Marisa Serrano (PSDB-MS) e Renato Casagrande (PSB-



Almeida Lima discute com outros senadores e os relatores Marisa Serrano e Renato Casagrande: opiniões diferentes



ES), considera que houve quebra de decoro e pede a perda do mandato. O segundo, de Almeida Lima (PMDB-SE), defende a inocência de Renan e o arquivamento do processo. Ficou acordado que o parecer da maioria (Casagrande e Marisa Serrano) deveria prevalecer. Assim, o documento de Almeida Lima só será apreciado, como voto em separado, em caso de rejeição do primeiro parecer.

Na terça-feira, Renan apresenta a defesa para a acusação de beneficiar a cervejaria Schinchariol.

Clima tenso e, ao final, pedido de vistas

Munidos de pareceres jurídicos que apontavam para direções opostas, os membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar travaram, na reunião, intenso debate regimental em torno do procedimento de votação mais adequado do relatório que pede a cassação do mandato do senador Renan Calheiros.

A falta de definição do rito para a votação e a afirmação de Almeida Lima de que seu parecer

seria um segundo relatório gerou o momento de maior tensão entre os demais membros do conselho.

– A força do direito, sim. O direito da força, não. Se vossa excelência sabe bater na mesa, eu também sei – gritou Almeida Lima.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) pediu calma, mas o clima ficou tenso, e Quintanilha resolveu, então, suspender a reunião por

15 minutos.

Ao final da discussão, um recurso do PSDB contra a decisão inicial de Quintanilha favorável ao voto secreto foi aprovado por dez votos a cinco. Os senadores do PMDB, porém, pediram então vistas do processo, adiando a votação. Eles estudam, ainda, a hipótese de apresentar um mandato de segurança ao Supremo Tribunal Federal (STF) questionando a decisão do conselho.

Almeida Lima pede arquivamento: “Nenhuma prova cabal produzida”

O texto apresentado pelo senador Almeida Lima propõe o arquivamento do processo por quebra de decoro contra Renan Calheiros. O documento foi acolhido como voto em separado, uma vez que o relatório de Renato Casagrande e Marisa Serrano, que pede a cassação, foi considerado o relatório da comissão de inquérito.

Segundo Almeida Lima, nenhuma prova cabal foi produzida contra Renan. O laudo do Instituto Nacional de Criminalística, alega, concluiu que o senador tinha efetivamente condições econômicas de pagar a pensão à jornalista Mônica Veloso, independentemente de seus rendimentos como

senador. A perícia analisou documentos contáveis encaminhados por Renan.

Almeida Lima argumenta que punir Renan com a perda de mandato não se justifica, tendo em vista que o senador, “vivendo um drama familiar, recorreu a um amigo, pejorativamente chamado de lobista, mas cuja ação profissional nunca foi levantada ou posta sob suspeição”.

O senador conclui que algumas “dúvidas periféricas” que resultaram da apresentação do laudo pericial pelos técnicos da Polícia Federal foram “devidamente esclarecidas” com as declarações prestadas por Renan Calheiros.

Casagrande e Marisa vêm conduta “prejudicial ao Senado”

Em 73 páginas, o relatório dos senadores Renato Casagrande e Marisa Serrano foi apresentado ao Conselho de Ética como uma peça que “alia provas, evidências e considerações de valor”. O objetivo, afirmam, foi demonstrar que a conduta de Renan (antes e durante o processo) teria prejudicado a imagem e o funcionamento da Casa.

Segundo os dois relatores, há vários motivos para que Renan Calheiros perca o mandato. Ele teria exposto o Senado perante a opinião pública ao valer-se do funcionário de uma empreiteira com acesso a verbas públicas para pagar pensão a uma filha com Mônica Veloso. Além disso, Renan “faltou com a verdade” perante o Conselho de Ética

e o Senado, ao apresentar documentos que não comprovam suas afirmações de inocência; ao deixar de apresentar documentos necessários; e ao apresentar informações e documentos de maneira “oportunista”, com a “crível” intenção de manipular os resultados das investigações.

Embora apoiados no que consideram provas de conduta irregular e ilegal e falseamento da verdade, Casagrande e Marisa observaram que o julgamento do conselho não pode se dar como na esfera criminal, onde o que mais interessa são provas materiais. Mas consideraram graves as conclusões da perícia nos documentos apresentados por Renan relativos à sua renda e à sua atividade agropecuária.

Trechos do voto em separado

Ausência de provas

“Ante todo o exposto, concluo não ter havido a mínima comprovação de conduta incompatível com o decoro parlamentar por parte do representado, senador Renan Calheiros, razão pela qual opino pelo arquivamento”

Dúvidas esclarecidas

“Não há inconsistência, uma vez que a diferença, a menor, de R\$ 24.000, em sua receita, foi superada pelo empréstimo à empresa Costa Dourada, fato comprovado com o livro contábil registrado na Junta Comercial de Alagoas”

Para advogado, senador é vítima de “massacre inédito na história”

Em manifestação no Conselho de Ética, Eduardo Ferrão, advogado do senador Renan Calheiros, afirmou que seu cliente está sendo vítima de um processo em que sua imagem parlamentar está sendo “permanentemente desconstruída”.

– Nunca, na história da República, alguém foi objeto de um massacre dessa envergadura – afirmou.

Para Ferrão, o último ato do referido “massacre” teria sido a denúncia apresentada pelo ex-secretário-geral adjunto da Mesa do Senado, Marcos Santi, às vésperas da sessão do Conselho. Santi pediu afastamento de seu cargo, alegando que o corpo técnico do Senado estaria sendo pressionado a “plantar nulidades”

no processo investigatório.

Para Ferrão, o episódio criou o “pano de fundo para que se desqualificasse o discurso solitário da defesa do senador”.

Em relação às evidências citadas pela acusação como fundamentos para a cassação do mandato de Renan Calheiros, Ferrão argumentou que a perícia da Polícia Federal atestou que todos os documentos apresentados pela defesa eram autênticos. O advogado de Renan também criticou a inversão do ônus da prova.

– É tolice dizer que Renan Calheiros não consegue provar que os recursos eram dele. Quem tem que provar que o dinheiro é da Mendes Júnior é o acusador – argumentou.

Trechos do relatório

Pagamentos a Mônica Veloso

“Restou comprovado que o representado não comprovou a existência de renda para arcar com seu patrimônio, com suas despesas regulares e os pagamentos que foram efetuados a sra. Mônica Veloso.”

“Há, aqui, um nítido caráter de induzimento do Senado, de seus pares e da Nação a erro por parte do representado.”

Evolução patrimonial

“A verba indenizatória não permitiria evolução patrimonial, mas tão-somente repor recursos consumidos no exercício do mandato.”

Relações com o lobista

“Pode o agente político fazer uso de funcionário de empresa que tem interesse na execução orçamentária, ainda que este seja seu amigo, para solucionar problema de ordem pessoal em que estão envolvidos pagamentos em dinheiro, sem comprovação cabal do caminho dos recursos?”

Irregularidades Fiscais

“O representado omite dados, em suas Declarações de Imposto de Renda, que lá deveriam constar. Não se pode admitir que um senador da República tenha esse tipo de procedimento.”

Informações bancárias

“Os peritos detectaram nos extratos ofertados pelo representado emissões de Doc “D”. [utilizado para transferências entre contas de um mesmo titular]. Este fato, *de per se*, revela, de forma inequívoca, o cometimento de quebra de decoro parlamentar, pela prestação de informação inverídica ao Senado e à nação.”

Faltas com a verdade

“O que se extrai dos autos é a dissimulação, a negação da verdade. À medida que as investigações avançavam e novos fatos surgiam, diferentes versões eram apresentadas, por meio de documentos que não comprovam a versão apresentada pelo representado.”

DESENVOLVIMENTO Banco quer financiar mais os pequenos empresários, mas esbarra em alguns obstáculos

BNDES empresta R\$ 11 bi para micros

A atuação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no financiamento para empresas de pequeno e médio porte foi debatida na terça-feira passada em reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Segundo o presidente da instituição, Luciano Coutinho, o número de operações de crédito com micro, pequenas e médias empresas vem crescendo e pode saltar de 49 mil no ano passado para até 80 mil neste ano. Em termos de valores, tais repasses somaram cerca de R\$ 8 bilhões em 2006 e podem alcançar até R\$ 11 bilhões em 2007.

Coutinho informou que muitas das micro e pequenas empresas pedem empréstimos por meio do Cartão BNDES, o que pode ser feito diretamente na rede bancária, com um limite de R\$ 250 mil – permitindo a compra de itens como insumos, máquinas e equipamentos. Como exemplo, Coutinho citou a possibilidade de as padarias comprar farinha com esse cartão.

– É como se fosse uma linha de crédito pré-aprovada na forma de um cartão de crédito – disse.

Segundo Coutinho, o banco já emitiu mais de 100 mil desses cartões, responsáveis por R\$ 225 milhões em empréstimos no ano passado. Para este ano, a instituição estima que as operações com o cartão atinjam R\$ 450 milhões.

– Entendo que o potencial de emissão de cartões poderia ser muitíssimo maior que o estoque atual – ressaltou ele.

Coutinho argumentou que a emissão não é maior porque o BNDES, sendo um banco público, tem de operar com empresas que comprovem ausência de dívidas perante a Previdência Social e a Receita Federal.

– É um problema terrível. Se pudéssemos dispensar isso, seria possível aumentar muito mais a

emissão de cartões – frisou.

Bancos de fomento regional podem ajudar

No dia 14 de agosto, a CAE aprovou um empréstimo de US\$ 1 bilhão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o BNDES. Esses recursos deverão ser empregados pelo banco brasileiro no financiamento de micro, pequenas e médias empresas.

Na ocasião, Marcelo Crivella (PRB-RJ) defendeu a criação, dentro do BNDES, de uma diretoria exclusiva para atender as micro e pequenas empresas. Dessa forma, afirmou, a instituição poderia repassar diretamente os recursos sem precisar da intermediação de bancos privados, “os quais já têm lucros extraordinários”. Crivella disse que “os bancos privados pa-

gam taxas módicas ao BNDES, mas ao emprestar às micro e pequenas empresas cobram taxas de mercado”. Sua proposta também foi defendida por senadores, como

Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Delcídio Amaral (PT-MS).

Sobre o tema, Coutinho reconheceu que o BNDES, por possuir apenas três escritórios regionais, não tem como atender adequadamente as micro e pequenas empresas, por isso precisa recorrer à rede bancária privada. Como alternativa, ele declarou que “é responsabilidade do BNDES estimular as agências estaduais de fomento”, citando o Banco do Nordeste como exemplo.

– O Banco do Nordeste é a instituição que melhor opera o micro-crédito no país – disse ele.

No debate, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) lembrou que a CAE vai votar o PLS 505/03, de sua autoria, que institui um fundo de financiamento para microempresas urbanas e rurais, municiado em parte com recursos do próprio BNDES.

Senadores sugerem ênfase no apoio às regiões mais pobres

A maioria dos senadores presentes à reunião da CAE defendeu uma maior atenção do BNDES para as regiões mais pobres do país. O presidente da comissão, Aloizio Mercadante (PT-SP), assinalou que o banco deve desenvolver novos instrumentos para regionalizar o crédito, em especial para o Nordeste.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) sugeriu a criação de um “instrumento institucional” que obrigue o BNDES a regionalizar sua atuação, independentemente da visão de quem esteja presidindo a instituição.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) também defenderam uma atuação mais intensa da instituição nas regiões Norte e Nordeste, respectivamente. Flexa Ribeiro argumentou em favor da instalação de um escritório regional do banco na região Norte.

O presidente do BNDES, Luciano Coutinho, anunciou que o banco terá uma assessoria especial de desenvolvimento regional, “a qual terá uma ação horizontal, pois estará presente em todas as atividades da instituição”.

Ele ressaltou que a nova assessoria terá a função de coordenar, dentro do BNDES, “uma ação regional muito mais afirmativa do que a que foi realizada até o presente”.

Coutinho reconheceu que o Nordeste precisa de atenção especial, pois é uma região que representa 28% da população mas apenas 14% do produto interno bruto (PIB) do país, recebendo entre 8% e 12% dos desembolsos do BNDES.

– Temos a preocupação de ampliar a participação do Nordeste em nossa carteira de projetos – afirmou.



MÁRCIA GOUTHER/AGÊNCIA SEBRAE

Pequenos negócios como as padarias podem usar empréstimos para comprar insumos e máquinas

Onde está o dinheiro

Veja as principais linhas de crédito do BNDES para empresas que precisam de capital de giro ou de investimentos em infra-estrutura

Linhas para formar capital de giro	A quem se destina	Valor máximo financiado	Taxa de juros ⁽¹⁾	Prazo máximo de pagamento
Progeren	Para empresas com faturamento anual de até R\$ 60 milhões	R\$ 10 milhões	TJLP ⁽²⁾ + 5,5% ⁽³⁾ ao ano	24 meses, com 12 de carência
Procomp	Para indústrias com faturamento anual de até R\$ 300 milhões	Não tem limite preestabelecido	TJLP ⁽²⁾ + 7,5% ⁽³⁾ ao ano	36 meses, com 18 de carência

Linhas para investimento em infra-estrutura	Finalidade	Valor máximo financiado	Taxa de juros ⁽¹⁾	Prazo máximo de pagamento
BNDES Automático	Compra de máquinas e equipamentos, com financiamento de capital de giro associado	R\$ 10 milhões	TJLP ⁽²⁾ + 4,5% ⁽³⁾ ao ano	10 anos, sem carência
Finame	Compra de máquinas e equipamentos, com ou sem financiamento de capital de giro associado	Não tem limite preestabelecido	TJLP ⁽²⁾ + 4,5% ⁽³⁾ ao ano	60 meses, com carência definida individualmente
Finame Leasing	Compra de máquinas e equipamentos	R\$ 10 milhões	TJLP ⁽²⁾ + 6,27% ⁽³⁾ ao ano	60 meses, com carência definida individualmente
Cartão BNDES	Compra de máquinas, equipamentos, veículos, computadores e insumos, por empresas com faturamento anual de até R\$ 60 milhões	R\$ 250 mil	1,03% ao mês	36 meses, sem carência
Inovação: P, D & I	Pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação de produtos e processos	Acima de R\$ 400 mil	6,3% ao ano	12 anos, sem carência
Inovação: Produção	Criação, expansão e adequação da capacidade produtiva e comercialização de produtos e processos inovadores	Não tem limite preestabelecido	BNDES: TJLP ⁽²⁾ + 1,8% ao ano Bancos: TJLP ⁽²⁾ + 3% ao ano	10 anos

⁽¹⁾ Taxas de julho/2007. Não incluem os demais custos sobre a operação de crédito

⁽²⁾ Taxa de Juros de Longo Prazo: 6,25% ao ano, em vigor até 3/9/07

⁽³⁾ Taxas médias. Os juros podem variar conforme o banco intermediário da operação

Fonte: BNDES/Pequenas Empresas & Grandes Negócios

A fatia dos pequenos



Veja a evolução nos financiamentos do BNDES para micro, pequenas e médias empresas a partir de 2005. Em número de operações de crédito, aquelas destinadas aos negócios de pequeno e médio porte representam mais de 90% do total. Mas, em valores, tais operações não atingem 30% do total concedido pelo BNDES.

	2005		2006		2007 - até julho	
	Número de operações	R\$ bilhões	Número de operações	R\$ bilhões	Número de operações	R\$ bilhões
Pessoa física	70.966	3,9	61.052	3,0	64.771	2,5
Micro e pequena empresa	29.312	4,0	39.366	4,0	35.975	3,1
Média empresa	8.391	3,8	9.681	4,1	8.298	3,1
Total	108.669	11,7	110.099	11,1	109.044	8,7

Fonte: BNDES

DESENVOLVIMENTO Dados do BC indicam que micro e pequeno negócio já respondem por 51% dos financiamentos

Crédito está em expansão, apesar dos juros altos

Ainda que os juros praticados no Brasil continuem entre os maiores do mundo, a situação econômica estável tem feito com que esse quadro melhore, mesmo que timidamente. O volume de crédito no sistema financeiro nacional atingiu R\$ 813,4 bilhões em julho, o equivalente a um terço (32,7%) do PIB, um crescimento nominal de 1,7% em relação a junho e de 21,5% no período de 12 meses. O Banco Central atribui essa elevação ao maior dinamismo da economia.

A expansão do crédito acaba beneficiando especialmente as micro, pequenas e médias empresas, que em geral têm mais dificuldade para levantar dinheiro que os empreendimentos de grande porte. A participação dos pequenos e médios negócios no total do crédito contratado aumentou para 51% em 2006, em comparação com 46% em 2005 e 41% em 2004. Nesse cenário, é natural que venham aumentando os financiamentos destinados aos

pequenos negócios pelo BNDES, principal fonte de crédito de longo prazo para o setor produtivo no país. Os recursos do BNDES para micro, pequenas e médias empresas somaram cerca de R\$ 8 bilhões em 2006 e podem alcançar até R\$ 11 bilhões em 2007, de acordo com o presidente da instituição, Luciano Coutinho.

BNDES mudou perfil a partir desta década

Mas o interesse do BNDES pelos pequenos negócios só se acentuou a partir, principalmente, do segundo mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, iniciado em 1999.

Incentivos aos bancos intermediadores e uma flexibilização no conceito de pequena e média empresa permitiram que esses segmentos ficassem com 18% do total emprestado pelo banco entre 1995 e 2002 – hoje esse percentual está próximo de 30%.

O total de empréstimos atingiu R\$ 149 bilhões de 1995 a outubro de 2002, uma média de R\$ 18,6 bilhões por ano, maior que o recorde de empréstimos anterior ao governo FHC (R\$ 18 bilhões em 1978, em reais de dezembro de 2001).

Antes disso, ao longo dos seus 55 anos de história, o BNDES se notabilizara por investir em negócios de grande porte, con-



Luciano Coutinho, presidente do BNDES, mostra aos senadores números da expansão do crédito

siderados estratégicos para o país. Um dos casos exemplares da atuação do BNDES na intermediação dos grandes negócios ocorreu na privatização do Sistema Telebrás, no fim dos anos 1990. Em julho de 1997, o Congresso aprovou a Lei Geral das Telecomunicações (Lei 9.472), a base regulatória para o setor, que também continha as diretrizes para a privatização das telecomunicações.

Segundo a lei, o processo decisório relativo à privatização do setor ficou a cargo de uma Comissão Especial de Supervisão, ligada hierarquicamente ao Ministério das Comunicações, e não sob a alçada do Conselho Nacional de Desestatização (CND), ao qual o BNDES se reportava em assuntos de privatização, como Gestor do Fundo Nacional de Desestatização (FND). Mas, em fevereiro de 1998, foi assinado contrato entre o BNDES e o Ministério das Comunicações atribuindo-se ao banco a coordenação da modelagem de venda e do próprio leilão da Telebrás.

A privatização ocorreu em 29 de julho de 1998 por meio de 12 leilões consecutivos na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, pela

venda do controle das três *holdings* de telefonia fixa, uma de longa distância e oito de telefonia celular. Com a venda, o governo arrecadou um total de R\$ 22 bilhões. Apesar do valor final ter ficado 63% acima do preço mínimo estipulado, os críticos da privatização disseram na época – e continuam falando até hoje – que o governo “entregou” uma parte importante do patrimônio público.

Ainda no governo FHC, destacaram-se grandes negócios intermediados pelo BNDES envolvendo capital estrangeiro. O banco estatal emprestou, por exemplo, R\$ 360 milhões para que a hoje falida Enron, dos Estados Unidos, comprasse a paulista Elektro em 1998 e quase R\$ 1 bilhão à também norte-americana Ford para instalar sua fábrica na Bahia.

Setores que se destacam pela presença de grandes empresas como o siderúrgico, petroquímico, aeronáutico, de telecomunicações e de energia elétrica (que também foram atingidos pela onda de

privatizações do governo FHC) receberam de 1995 até abril de 2002 R\$ 50,3 bilhões em financiamentos, equivalentes a quase 40% dos R\$ 127,5 bilhões que o BNDES financiou no período.

A Embraer, privatizada em dezembro de 1994, foi a grande beneficiária individual do BNDES no

governo FHC. Privatizada e voltada ao mercado externo, ela juntou duas das principais prioridades do banco no período. Recebeu praticamente o total dos R\$ 15,8 bilhões

emprestados pelo banco ao setor de equipamentos de transportes, exceto veículos automotores, entre 1994 e 2002.

A entrada do BNDES nos financiamentos às exportações na época esteve relacionada com o esforço do país para inverter o déficit nas contas externas que ameaçava desestabilizar o Plano Real. Após destinar US\$ 388 milhões para financiar exportações em 1996, o banco saltou para US\$ 1,2 bilhão em 1997 e para US\$ 3,6 bilhões de janeiro a novembro de 2002.

Banco esteve presente nas privatizações do setor de comunicações



Sérgio Motta foi ministro das Comunicações e liderou o processo de privatizações do setor

Missão do banco é financiar o desenvolvimento do país

O BNDES nasceu como uma autarquia federal (Lei 1.628, de 20 de junho de 1952) e foi posteriormente enquadrado como uma empresa pública federal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio (Lei 5.662/71). É um órgão vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e tem como missão apoiar empreendimentos que contribuam para o desenvolvimento do país.

Originalmente chamado apenas de Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE), desde a sua fundação, em 1952, o banco vem financiando os grandes empreendimentos industriais e de infra-estrutura. Na última década, passou a concentrar esforços crescentes também no financiamento de micro, pequenas e médias empresas.

Suas linhas de crédito – operadas por intermédio dos bancos e financeiras espalhados pelo país – caracterizam-se por financiamentos de longo prazo, com juros e condições melhores que os do mercado,

para o desenvolvimento de projetos de investimentos e para a comercialização de máquinas e equipamentos novos, fabricados no país, bem como para o incremento das exportações.

O BNDES tem duas subsidiárias, a Fina-me (Agência Especial de Financiamento Industrial) e a BNDESPar (BNDES Participações), criadas com o objetivo, respectivamente, de financiar a compra de máquinas e equipamentos e de possibilitar a participação na aquisição de valores mobiliários (como ações de empresas) no mercado de capitais brasileiro. As três empresas formam o

chamado Sistema BNDES. O BNDES encerrou o primeiro semestre deste ano com lucro recorde de 4,4 bilhões de reais, resultado 34% superior ao obtido um ano antes e maior que o dos bancos comerciais. O resultado se compara, por exemplo, aos lucros líquidos de R\$ 4,016 bilhões do Itaú, de R\$ 4,007 bilhões do Bradesco e de R\$ 2,5 bilhões do Banco do Brasil.

BNDES registrou lucro recorde de R\$ 4,4 bilhões no primeiro semestre

Com o cartão, e pela internet, é possível obter empréstimo rápido

O Cartão BNDES funciona como uma espécie de cartão de crédito. Ele fornece crédito rotativo de até R\$ 250 mil para que micro, pequenas e médias empresas possam realizar investimentos na produção. Por meio do cartão, o empresário pode ter acesso a uma linha de crédito pré-aprovada e de uso automático. Primeiro cartão de crédito nos 54 anos de história do BNDES, o cartão foi lançado em setembro de 2003.

Após solicitar o Cartão BNDES, a empresa terá seu pedido analisado pelo banco emissor, que irá definir um limite de crédito. O teto máximo do Cartão BNDES é de R\$ 250 mil, mas a compra não fica necessariamente limitada a esse valor, já que a empresa pode recorrer a outros meios de pagamento para completar o total da operação ou até possuir mais de um cartão, emitido pelos bancos credenciados – Banco do Brasil, Bradesco ou Caixa Econômica Federal. Além dos bancos emissores, o

Cartão BNDES funciona mediante parcerias com a Visanet (bandeira Visa) e, a partir do contrato com a Caixa Econômica Federal, também com a Redecard (bandeira Mastercard).

Todas as operações são realizadas via internet, por meio do portal do Cartão BNDES, desde a solicitação do cartão, a simulação do cálculo do valor das prestações, até a compra dos produtos, que são financiados em 12, 18, 24 ou 36 prestações mensais, fixas e iguais.

Chegam a 35 mil os produtos que podem ser comprados com o Cartão BNDES, tais como veículos leves, equipamentos de automação comercial, computadores e periféricos, *software*, refrigeradores, gôndolas, máquinas de costura, motores estacionários, bombas e equipamentos para postos de serviço, *kits* para gás natural veicular, equipamentos médico-hospitalares e odontológicos, mobiliário comercial e papel para edição de livros.

MEIO AMBIENTE Audiência na Subcomissão dos Biocombustíveis discute vantagens da ampliação do uso do etanol

Especialistas apóiam cultivo de cana

Especialistas defenderam, na quarta-feira, a ampliação das plantações de cana-de-açúcar e a utilização do etanol (álcool etílico) como combustível alternativo ao petróleo. Eles debateram o assunto em audiência pública na Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis, no âmbito da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA). O objetivo do encontro foi discutir o impacto ambiental da produção de etanol, de acordo com requerimento do senador João Tenório (PSDB-AL), presidente da subcomissão.

Participaram Laura Tetti, consultora da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Única); Luiz Cortês, professor de Engenharia Agrícola da Unicamp; Manoel Régis Lima Verde Leal, doutor do Centro Nacional de Energia Alternativa; e o deputado Fernando Gabeira (PV-RJ).

Na opinião de Laura Tetti, o cultivo de cana é uma das atividades que apresenta o mais baixo índice de erosão do solo. Em comparação com a soja, por exemplo, a consultora explicou que esta cultura apresenta um



Brasil produz 500 milhões de toneladas de cana-de-açúcar por ano, sendo 52% do total destinados à produção de álcool

nível de erosão do solo 62 vezes maior do que a cana. Para ela, existe uma “discussão emocional” em torno da ampliação das plantações da cana-de-açúcar para uso do etanol, baseada em mazelas praticadas pelo setor no passado.

– Existe a tendência de projetar na planta os vícios, as injustiças e as práticas do processo de co-

lonização do passado. O Brasil teve problemas graves em função desse processo, mas não deve projetar isso na cana-de-açúcar – afirmou Laura Tetti.

Sobre a queima da palha do canavial – um dos processos de produção que facilita o corte manual e aumenta a produtividade do cortador de cana, criticado por liberar gás carbônico e demais

gases que prejudicam o meio ambiente –, a consultora declarou que a prática “é inaceitável”, pois há processos melhores, com uso de mecanização, que resolveriam esse problema.

Para Luiz Cortês, a questão da elevação da temperatura do planeta é um assunto que estará em pauta nos próximos 50 ou cem anos, sendo importante a busca

de opções a serem adotadas.

Os biocombustíveis, disse Cortês, podem melhorar essa situação e são uma opção interessante para o país, pois “existe espaço para aperfeiçoar a tecnologia com a produção do etanol da cana-de-açúcar”.

– O uso do álcool é a melhor opção do mundo em termos de combustível – frisou.

Setor reage a aumento de demanda

O Brasil produz atualmente 17 bilhões de litros de etanol por ano e, em 2010, terá um consumo adicional de 7 bilhões de litros desse combustível, afirmou Laura Tetti. A produção brasileira de cana-de-açúcar, informou, é de 500 milhões de toneladas ao ano, sendo que 48% vão para os mercados interno e externo e os outros 52% são destinados à produção de álcool. Atualmente, acrescentou, o Brasil utiliza 2,7 milhões de hectares para produzir etanol.

De acordo com a consultora, a produção de etanol mitiga mais de 40% do total das emissões provenientes do uso de combustíveis fósseis. E a substituição da gasolina nos carros *flex-fuel*, com consumo adicional de 7 bilhões de litros de etanol, deverá reduzir a emissão de 49 milhões de toneladas de CO² ao ano.

Manoel Régis Leal também defendeu o uso de etanol como

combustível, em substituição ao petróleo. Segundo ele, a cana ocupa hoje 0,7% da área do país, o que ainda seria pouco. Ele comparou com a ocupação da soja, que abrange três vezes mais espaço no território nacional, observando que ainda é preciso melhorar a produtividade e as práticas agrícolas para as plantações de cana.

Ele acrescentou que é necessário investir em desenvolvimento tecnológico.

– Mesmo com esse espaço ocupado pela cana, a gente ouve que o país está se transformando num mar de cana. Existe um fator emocional muito grande nessa discussão – afirmou.

Apesar disso, Leal observou que é preciso ter cuidado com a provável eliminação de um grande número de empregos no campo, em especial os de baixa qualidade, devido à mecanização e a novas tecnologias que darão suporte ao setor. Para resolver a questão, ele sugeriu treinamento

de pessoal para adaptação a empregos mais técnicos.

Já o deputado Fernando Gabeira fez uma análise preliminar sobre o acordo do Brasil com os Estados Unidos no setor de biocombustíveis, abordando as críticas e resistências que surgiram no início dessas negociações. Ele observou, no entanto, que é possível plantar cana para a produção de etanol e outros produtos agrícolas para a produção de alimentos, tais como feijão e milho.

– A cana-de-açúcar revela essa possibilidade e pude ver isso visitando um canavial em São Paulo. Podemos pensar, portanto, na experiência de integração da plantação de cana com a plantação de produtos agrícolas destinados ao abastecimento alimentar – observou.

O deputado pelo Rio de Janeiro afirmou ainda que o Brasil tem espaço para tudo em seu solo, tanto para o cultivo de cana como para plantações tradicionais, orgânicas e geneticamente modificadas.

Tenório defende mudança na política para açúcar e álcool

Na audiência realizada pela Subcomissão dos Biocombustíveis, senadores e especialistas se manifestaram contrários à proposta de recriação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA). Nos debates, ficou demonstrado que o setor cresceu muito em virtude da ação da iniciativa privada, havendo a necessidade de novas políticas públicas para que se alcance uma maior desconcentração da produção sucroalcooleira.

Presidente da subcomissão, João Tenório (PSDB-AL) apontou riscos de um modelo de interferência excessiva no setor, mas defendeu a criação de uma nova política e uma legislação que delimite o campo de atuação do Estado.

Na ocasião, o senador César Borges (DEM-BA) alertou para um movimento no interior

do governo que busca dar à Petrobras o controle sobre a produção e comercialização de etanol, em detrimento das empresas privadas.

Para João Tenório, o Estado pode ter o papel de atestar a qualificação do produto e exigir uma certificação ambiental e trabalhista que sirva de garantia do álcool brasileiro nos mercados nacional e internacional.

– A certificação trabalhista, por exemplo, deve afastar suspeitas de relações trabalhistas irregulares – argumentou.

O parlamentar opinou que, no sentido de defender o equilíbrio nacional e a proteção ambiental, o Estado pode ter um papel na distribuição geográfica das zonas produtoras de cana e mesmo definir áreas onde a produção de alimentos terá prioridade.

Subcomissão aprova debates sobre biodiesel e condições de trabalho

A Subcomissão Permanente dos Biocombustíveis aprovou dois requerimentos para a realização de audiências públicas. Uma vai discutir a produção nacional de biodiesel e a outra debaterá a rescisão de contrato de trabalho feita por empresa do Pará. A data das audiências ainda será marcada pelo colegiado.

O requerimento para a discussão sobre a produção de biodiesel é do senador César Borges (DEM-BA) e os convidados para o evento são a presidente da BR Distribuidora, Maria da Graça Foster, e o especialista em biodiesel Univaldo Vedana.

O outro requerimento solicita

debate sobre as condições da rescisão do contrato de trabalho de 1.180 empregados da empresa Pará Pastoral e Agrícola, localizada em Ulianópolis (PA). Serão convidados o auditor do Ministério do Trabalho Humberto Célio, além de representantes da Delegacia Regional do Trabalho; das federações da Agricultura e das Indústrias do estado; e da seccional da Ordem dos Advogados do Brasil.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Kátia Abreu (DEM-TO), autores do requerimento, defendem o envolvimento da sociedade na discussão acerca do mercado e das condições de trabalho.



Laura Tetti, João Tenório e Neuto de Conto durante debate na Subcomissão dos Biocombustíveis

MEIO AMBIENTE Senadores discutem proposta que amplia responsabilidade dos geradores de resíduos sólidos

Medidas para gestão do lixo são elogiadas em debate

A proposta de uma lei de responsabilidade ambiental foi o destaque da reunião realizada na semana passada pela Subcomissão Temporária da Regulamentação dos Marcos Regulatórios. Sugerida pelo presidente do Instituto Brasil Ambiente, Sabetai Calderoni, a lei serviria para integrar as normas legais que tratam do meio ambiente e da destinação de resíduos sólidos.

– No marco [regulatório] atual, informação e planejamento são inviáveis. Há ausência de planejamento integrado e falta de parâmetros que dificultam a adequação das ações. Vivemos uma guerra normativa na área ambiental, com complexidade de procedimentos burocráticos por incongruência entre as normas – disse Calderoni.

A lei, de simples aplicação, segundo Calderoni, funcionaria como uma declaração anual de responsabilidade ambiental,

assim como a declaração do Imposto de Renda. Todas as indústrias, hospitais, empresas de tratamento e grandes geradores de lixo teriam que fazer uma autodeclaração anual obrigatória em que responderiam sobre os tipos de resíduos e quantidade em que foram gerados; a relação produto/resíduo para o qual estão licenciados; e o total de produtos constantes nas notas fiscais emitidas ao longo do ano.

A proposta prevê que os estados repassem à União dados ambientais dos municípios, com o mapeamento de áreas contaminadas e providências a serem adotadas. Também estabelece um valor mínimo para remuneração de recicláveis, a ser pago a catadores e sucateiros, a fim de estimular programas de reciclagem e de combate ao trabalho infantil em lixões. A lei poderá ainda incentivar a redução de gastos com fiscalização e induzir a um consumo mais consciente.

Política requer participação de catadores e sucateiros

Na avaliação de André Vilhena, diretor-executivo do Compromisso Empresarial para Reciclagem (Cempre), não dá para pensar na formulação de uma política nacional de resíduos sólidos sem contemplar a participação das cooperativas de catadores de lixo que, segundo ele, já são 800 no país.

– O Brasil tem altos índices de reciclagem graças ao trabalho dos catadores e atividades desenvolvidas por sucateiros – afirmou Vilhena, destacando que uma política de resíduos sólidos precisa considerar as particularidades regionais e levar em conta o resgate social dos catadores, oferecendo-lhes melhores condições de trabalho e capacitação profissional.

Já Severino Lima Júnior, da Comissão Nacional do Movimento dos Catadores de Materiais Recicláveis, defendeu a criação de novos postos de trabalho, enfatizando que a burocracia dificulta a ascensão social da categoria. Ele disse ainda que o trabalho dos catadores que moram em cidades distantes das capitais é prejudicado por atravessadores.

A proposta de melhoria das condições de trabalho dos catadores também mereceu apoio do presidente da Associação Brasileira das Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais (Abrelpe), Alberto Bianchini. Ele defendeu salário digno, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), férias e melhores condições de trabalho.

Em 2005, de acordo com dados da Abrelpe, o Brasil produziu 164 mil toneladas de lixo urbano por dia, das quais apenas 65 mil toneladas tiveram disposição final adequada. O índice de coleta de resíduos no país é de 95%, mas nos últimos dez anos, segundo a entidade, não foram utilizados recursos públicos para implantação de aterros sanitários no Brasil.

Especialista defende legislação específica

Em resposta ao presidente da subcomissão, senador Delcídio Amaral (PT-MS), Sabetai Calderoni explicou que a Lei 11.445/07, que apresenta diretrizes para o saneamento básico, não serve de parâmetro para um marco regulatório de resíduos sólidos por não dar ênfase às parcerias público-privadas e nem prever o aprimoramento profissional dos catadores. Calderoni lamentou o fato de os deputados ainda não terem votado o projeto de política nacional de recursos sólidos, aprovado no Senado e parado na Câmara há 15 anos.

Delcídio anunciou que a subcomissão já conta com dez relatórios parciais prontos sobre o marco regulatório de diversos setores de infra-estrutura, elaborados a partir de debates promovidos pelo colegiado. Conforme o senador, os relatórios deverão ser apresentados em dois meses. A subcomissão tem como relator Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Sérgio Guerra (PSDB-PE) como vice-presidente.



Bianchini (E), Calderoni, Garibaldi, Delcídio, Sebastião e Vilhena discutem melhoria da legislação

Alertas para o avanço da desertificação

A recuperação de áreas já comprometidas e o combate ao avanço da desertificação exigem maior adaptação às mudanças climáticas decorrentes do aquecimento global e a continuidade dos programas governamentais voltados ao problema. Essas foram as conclusões dos especialistas convidados a debater a desertificação, na Comissão do Meio Ambiente (CMA).

Para o assessor do Banco Mundial para o Brasil, Antônio Rocha Magalhães, é fundamental dar prosseguimento a programas locais de combate à seca e à desertificação, como os que estão sendo desenvolvidos na Bahia e no Ceará. No entanto, ele apontou a falta de continuidade dos programas governamentais e opinou que o Congresso pode contribuir para mantê-los em vigência.

Os resultados do Painel Internacional sobre Mudanças Climáticas, patrocinado pelas Nações Unidas, demonstram que o mundo já vive um período de aquecimento global que deve agravar o problema.

– Infelizmente, o impacto será maior onde o problema já existe. O Nordeste terá secas mais frequentes e fortes – disse.

Frente a essas previsões, ele afirmou que a adaptação às mudanças climáticas representa o melhor caminho de convivência com a seca, para reduzir a vulnerabilidade das regiões

José Roberto de Lima, coordenador do Programa Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca, do Ministério do Meio Ambiente, informou que as diretrizes do ministério para combater a desertificação abrangerão 23% do território nacional e 19% da população, o que representa 32 milhões de pessoas.

– A previsão é de que, até 2050, metade das terras da América Latina sejam impróprias para a agricultura e o semi-árido brasileiro virará uma região desértica, árida. O que acontecerá com os 32 milhões de pessoas?

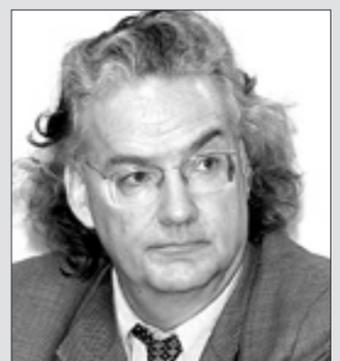
– questiona ele.

O desafio é barrar o avanço da desertificação, disse Lima, recuperando áreas por meio de esforços integrados dos ministérios da Educação, Agricultura e Meio Ambiente.

Para Gertjan Beekman, representante do Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), ligado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a pobreza está fortemente ligada à desertificação. Daí os programas do IICA integrarem o combate aos dois problemas, com ampla participação das comunidades locais.

Apesar de admitir que o governo fez um bom diagnóstico sobre a desertificação, César Borges (DEM-BA) observou que cabe ao Legislativo pressionar pela efetivação dos projetos, impedindo o contingenciamento. Inácio Arruda (PCdoB-CE) também questionou se os recursos destinados pelo governo para a área serão suficientes.

FOTOS: JOSÉ CRUZ



Problema preocupa Antônio Rocha Magalhães, José Roberto Lima e Gertjan Beekman

Monitoramento climático ajuda agricultor

O suporte de informações climáticas para o planejamento agrícola ganhou reforço com a implantação, pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), de um sistema de monitoramento que conta, hoje, com cerca de 250 estações automáticas espalhadas pelo país. A iniciativa foi destacada por Antonio Divino Moura, diretor do Inmet, na audiência pública promovida pela comissão que trata das mudanças climáticas no Brasil.

A expectativa, segundo Moura, é de que 500 estações automáticas de monitoramento climático estejam em funcionamento no país até meados de 2008. Dados como temperatura,

umidade, pressão, volume de chuvas, velocidade e direção do vento nas localidades já mapeadas são disponíveis em tempo real e atualizados de hora em hora, pelo endereço eletrônico www.inmet.gov.br/sonabra/maps/automaticas.php.

O diretor do Inmet admitiu a carência de cobertura na região amazônica, que, a exemplo da região sul da América do Sul, estaria experimentando um gradativo aumento de temperatura. Como o fenômeno do aquecimento e o volume de chuvas não se manifestam de maneira uniforme, Moura aponta esse monitoramento climático como fundamental para informar o

produtor rural sobre os períodos de estiagem e, assim, ajudá-lo a planejar melhor sua produção.

A tendência de elevação das temperaturas mínimas no país também foi confirmada pelo pesquisador Jurandir Zullo Júnior, do Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura (Cepeagri) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp). Com base no zoneamento agrícola realizado pelo Ministério da Agricultura, ele chamou atenção, por exemplo, para o impacto negativo do aquecimento sobre a área de plantio de frutas típicas de clima temperado, como pêssego e nectarina, no Sul.

PLENÁRIO

Tuma elogia indicação de Paulo Lacerda para a Abin

A indicação, pelo presidente da República, do nome do atual diretor-geral da Polícia Federal, Paulo Lacerda, para dirigir a Agência Brasileira de Inteligência (Abin) foi elogiada por Romeu Tuma (DEM-SP). Segundo o senador, a atuação de Lacerda à frente da Polícia Federal foi impecável.

– Temos certeza de que ele saberá conduzir bem um setor importante de atendimento e

assistência, que tem como único cliente a própria Presidência da República – afirmou.

Tuma lembrou que foi o relator do projeto que modificou a Abin e criou uma comissão especial de fiscalização para acompanhar de perto toda a atividade de inteligência do país, da qual fazem parte os líderes do governo, da oposição e da minoria.

– É claro que as reuniões são fechadas, secretas, mas é



CÉLIO AZEVEDO

Tuma afirma que a atuação de Lacerda à frente da Polícia Federal foi impecável

fundamental que a atividade de inteligência seja acompanhada – ressaltou Tuma.

O senador também saudou a prestação com que o presidente da Comissão de Relações Exteriores, Heráclito Fortes (DEM-PI), marcou a sabatina de Lacerda, prevista para terça-feira, às 10h30.

Orçamento e LRF fazem sucesso no Panamá, diz José Maranhão

O presidente da Comissão Mista de Orçamento, José Maranhão (PMDB-PB), registrou a surpresa dos participantes do III Seminário do Foro Parlamentar Interamericano de Gestão para Resultados em Desenvolvimento ao tomarem conhecimento “do grau de liberdade que o Congresso brasileiro tem para alterar as propostas orçamentárias”.

Cerca de 60 representantes de 17 países das Américas do Sul e Central participaram do evento. Patrocinado pelo Prodev, programa do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o seminário, cujo tema foi “A Participação do Parlamento na Gestão Estratégica Voltada para o Desenvolvimento”, foi realizado no Panamá, em junho.

José Maranhão disse no seminário que a tramitação das leis orçamentárias, no Brasil, ocorre no âmbito de uma comissão mista para, em seguida, receber a aprovação pelo colegiado do Congresso, em sessão única.

– Esse procedimento dá maior

celeridade ao processo e permite que o parlamento brasileiro aprove as leis orçamentárias dentro do prazo, o que não ocorre em inúmeros países, mesmo que não deliberem sobre seus orçamentos com a mesma profundidade com que nós o fazemos – declarou.

Lei de Responsabilidade Fiscal é admirada

O senador informou que também falou sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), segundo ele, admirada nos países vizinhos em razão da austeridade que traz aos gastos públicos.

– Esses fatos demonstram que o Brasil consolida cada vez mais sua democracia, permitindo a definição, o controle e a avaliação das políticas públicas pelos representantes da população e dos estados, eleitos diretamente, e proporcionando a transparência orçamentária e o controle social do gasto público como nenhum outro país vizinho fez ainda – concluiu o senador.

Serys destaca assinatura de pacto ambiental

A assinatura de um pacto ambiental entre o governo de Mato Grosso e a Associação dos Produtores de Soja (Aprosoja) foi elogiada por Serys Shessarenko (PT-MT). O principal objetivo do pacto, segundo ela, é garantir que, até 2010, não seja plantado nenhum hectare de soja em áreas de preservação permanente e que sejam recuperadas as áreas degradadas.

– Serão colocadas em prática, até 2010, 12 ações, entre as quais o encaminhamento de, pelo menos, 95% do total de embalagens de agrotóxicos usadas no estado para destinos corretos do ponto de vista ambiental; a criação de um programa de educação ambiental; a unificação da base cartográfica do estado; e a manutenção atualizada das propriedades – explicou.

Serys também enalteceu a realização do seminário Etanol Mato Grosso/Brasil – Oportunidades e Desafios, nesta segunda-feira.

Heráclito lamenta desmentido sobre investimento em saúde

Heráclito Fortes (DEM-PI) lamentou o fato de o governo ter desmentido o anúncio de que o Ministério da Saúde receberia R\$ 2 bilhões para serem investidos principalmente no Norte e no Nordeste. “Nós, nordestinos, mais uma vez caímos no conto-do-vigário. A caneta paulista implacável e insensível do ministro da Fazenda, Guido Mantega, acabou com a nossa alegria”, frisou.

O senador também lamentou o fato de o Programa Primeiro

Emprego ser extinto em 2008; e afirmou que as parcerias público-privadas “não decolaram porque ninguém investe sem garantias e sem um marco regulatório”. Heráclito disse ainda que, ao criar cargos comissionados, o governo “aumenta a máquina pública e nada faz de concreto”.

Adelmir Santana (DEM-DF) fez uma comparação com o governo do DF, que, segundo ele, reduziu os cargos de confiança de 17 mil para 6 mil.

Mão Santa pede análise de vetos presidenciais

Mão Santa (PMDB-PI) sugeriu que o presidente do Senado, Renan Calheiros, submeta à votação do Congresso os vetos impostos pelo presidente Lula a decisões do Parlamento, como o reajuste de 16,7% para os aposentados e a destinação de recursos para a Sudene no Orçamento da União. “Isso faz parte do jogo democrático”, afirmou.

– Eu sei que este Congresso



MOREIRA MARIZ

Mão Santa diz que vetos de Lula prejudicaram a imagem do Congresso

passa por momentos difíceis, mas o desgaste não é só por isso, não. Renan poderia se salvar se mandasse analisar os vetos de Lula. Foi aí que este Senado se desmoralizou.

Augusto alerta: açaí pode transmitir doença de Chagas

O risco de se contrair doença de Chagas por meio do consumo da polpa do açaí foi ressaltado por Augusto Botelho (PT-RR). O senador advertiu que tanto o inseto que transmite a doença, o barbeiro, quanto as fezes dele podem ser inadvertidamente triturados junto com a fruta, deixando a polpa contaminada.

Augusto afirmou que embora a forma mais comum de contaminação seja a picada do inseto, um surto da doença relacionado ao consumo do açaí

vem ocorrendo no Pará, onde 36 pessoas contraíram a doença e uma morreu. Na infecção pela via digestiva, o *Trypanosoma cruzi* se torna mais agressivo, reproduz-se com mais facilidade, e a doença se torna mais grave e fatal, disse. O senador destacou a necessidade de os produtores adotarem medidas de higiene, como mergulhar o açaí em água quente antes de extrair a polpa.

Augusto ainda homenageou o 35º aniversário da Rede Amazônica de Televisão.

João Pedro comemora obras em rodovia

João Pedro (PT-AM) registrou a visita que fez às obras de recuperação da BR-319, que liga Manaus a Porto Velho (RO) e que, em sua opinião, atesta o que o governo Lula vem fazendo pelo desenvolvimento do país.

– É uma estrada que passa por rios, por igarapés, e por municípios como Humaitá, que fica às margens do rio Madeira – informou o senador.

Acre ainda não produz os alimentos que consome

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) lamentou a situação econômica que o estado do Acre atravessa neste momento, importando 70% do que consome em termos de comida, a começar por produtos primários como grãos.

Ele saudou o atual governador Binho Marques, que lançou o programa de reforço das atividades agrícolas, denominado Pacto Agrário, para que o estado venha a produzir os alimentos que consome, e garantiu que apoiará a iniciativa.

Adelmir saúda retomada de obras do metrô no DF

A retomada das obras do metrô do Distrito Federal, paralisadas há 13 anos, foi elogiada por Adelmir Santana (DEM-DF).

Ele também pediu ao governador do DF, José Roberto Arruda, para que as obras complementares à construção do Sesc Ceilândia incluam estacionamento, canalização de águas pluviais e ajardinamento.

Lobão ressalta beleza dos Lençóis Maranhenses

O Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses, segundo Edison Lobão (DEM-MA), deve ser incluído entre as sete maravilhas naturais do mundo.

O senador informou que a área de 155 mil hectares de areias brancas – que compõem dunas de até 40 metros de altura – e lagoas de água doce estão entre os mais destacados participantes do *New Seven Wonders*. O concurso selecionará até julho de 2008 as sete paisagens naturais mais belas do planeta.

HOMENAGENS

Durante sessão que homenageou, na terça-feira, dos dez anos do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e do Conselho Editorial, bem como os seis anos da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), Efraim Morais (DEM-PB) disse que esses órgãos foram criados para aproximar os parlamentares dos cidadãos e de suas comunidades. Para Efraim, a criação do órgãos foi um marco na história do Parlamento.

Em pronunciamento na terça-feira, em Plenário, o senador Adelmir Santana (DEM-DF) registrou a passagem do Dia Nacional do Corretor de Imóveis, comemorado anualmente em 27 de agosto, destacando que a profissão está “intrinsecamente ligada à construção de Brasília e a milhares de transações imobiliárias que se realizaram no Distrito Federal nos últimos 50 anos”.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, em discurso durante homenagem ao Dia do Comerciante, na quinta-feira, saudou os comerciantes do país e apontou a elevada carga tributária, a pirataria e o excesso de burocracia como os maiores problemas que o setor enfrenta. Ele listou os projetos que os senadores aprovaram para ajudar o setor, em especial o Estatuto da Micro e da Pequena Empresa e o Supersimples.

Voz do Leitor

POLÍTICA

“A política do nosso Brasil não está sendo levada a sério. São vergonhosas algumas atitudes tomadas por determinados políticos, como a quebra do decoro e a prática do fisiologismo. Enquanto isso, o povo brasileiro está à mercê da violência e da miséria, e a educação pública continua capenga. Está na hora de o povo brasileiro acordar e sair da mesmice.”

Márcio dos Santos da Silva, de Delmiro Gouveia (AL)

ESTABILIDADE

“Sou favorável ao projeto de lei complementar que define as áreas de atuação de fundações instituídas pelo poder público (PLP 92/07, na Câmara, de autoria do Executivo), e contra a estabilidade do funcionalismo, pois acredito que o servidor produzirá mais sob o risco de perder o emprego. Atualmente, tudo que é público não presta, pelo descaso, preguiça e má vontade dos servidores, que são amparados por uma estabilidade que causa muitos prejuízos ao país.”

Elias Cavalheiro Villar, do Rio de Janeiro (RJ)

CENSO E FPM

“Os dados do último Censo do IBGE sobre a cidade de Lavras não espelharam, de forma nenhuma, a situação econômica e populacional do município. Eu, como muitas pessoas, jamais fui contado pelo Censo. Precisamos do retrato real dos municípios, não por capricho, mas porque, dependendo dos números, a cidade pode sofrer corte no repasse do Fundo de Participação dos Municípios, o que não é pouca coisa, já que a quase totalidade dos municípios pequenos só sobrevive com esse repasse.”

André Luis Fontes, de Lavras (MG)

FUNDO DE GARANTIA

“Solicito a liberação do Fundo de Garantia do trabalhador que se aposentou em uma empresa, mas continua trabalhando em outra. Esses cidadãos também têm os documentos necessários para sacar o FGTS. E têm a mesma necessidade. Eles se aposentaram por tempo de serviço, e deveriam poder gozar o privilégio igual aos outros.”

Edelma Ferreira, de Porto Alegre (RS)

EDUCAÇÃO

“Sugiro maiores investimentos na educação, pois a maioria das escolas públicas não possui bibliotecas.”

Laianderson Lima da Silva, de Barreiras (BA)

MOBILIZAÇÃO

“Nas eleições, o povo se mobiliza para saber quais candidatos vencerão. O ideal seria o povo se mobilizar depois para cobrar dos políticos o que prometeram durante a campanha eleitoral.”

Francisca Milena Araújo, de Acaraú (CE)

CICLOVIAS

“Gostaria de parabenizar o senador Augusto Botelho por ter defendido a construção de ciclovias e ciclofaixas nas cidades. A cada dia vemos mais pessoas que usam a bicicleta para se locomoverem para o trabalho, lazer e prática de esportes. Entendo que essa construção deveria ser feita pelos municípios, por meio das câmaras e prefeituras. Mas o discurso do senador com certeza se refletirá nos municípios e serão implementadas as ciclovias, já que se trata de um projeto que trará economia e também contribuirá para o meio ambiente.”

Márcio da Rocha Oliveira, de Belford Roxo (RJ)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Ambiente legal

Metade dos alimentos vira lixo

Os alimentos jogados no lixo em todo o mundo equivalem a 50% da produção total, considerando-se as perdas em casa, restaurantes, supermercados e no processo de cultivo. Essa conclusão consta de estudo apresentado na World Water Week, conferência realizada na Suécia. O professor Jan Lundqvist observa que o desperdício de água e alimento ocorre tanto em países ricos quanto nos pobres. Nestes, está ligado às atividades rurais. Nos ricos, acontece na

esfera doméstica. Inúmeras organizações estão atuando para evitar o desperdício.



MARCELO BARABANI/FOLHA IMAGEM

“A natureza que a prudência, a preparação e a paciência recompensam”, diz a psicóloga Angélica Rodrigues Santos, do Instituto Pleno Ser. “Da maneira que semeamos, nós colhemos. Semeie boas sementes. O plantio é opcional, mas a colheita é obrigatória”, ressalta Angélica.

Os benefícios da reciclagem

Chega a 115 toneladas por dia a quantidade de lixo domiciliar produzida no Brasil, segundo o Instituto Akatu. Cerca de 30% de todo o lixo é composto de materiais recicláveis, como papel, vidro, plástico e latas. Tirar esses materiais do lixo traz uma série de vantagens, como a economia de recursos naturais e de energia que se faz com a reciclagem. Cada lata de alumínio reciclada economiza energia elétrica suficiente para manter uma lâmpada de 60 watts acesa por quatro horas. A reciclagem de 100 toneladas de plástico evita o uso de uma tonelada de petróleo.

CELULAR NÃO COMBINA COM VOLANTE - Quem fala ao telefone enquanto dirige tende a causar o dobro de acidentes com colisões traseiras. Estudo da Universidade da Carolina do Norte em Chapel Hill (EUA) conclui que a redução brusca da velocidade, proximidade perigosa com o carro da frente e violações da sinalização - como velocidade não permitida e desrespeito ao farol vermelho - são os principais motivos para que motoristas gerem acidentes enquanto utilizam o celular.

MOTOR ECONOMIZA METADE DO COMBUSTÍVEL - Um motor baseado em um Ciclo Híbrido de Alta Eficiência - que faz com que ele gaste apenas cerca da metade do combustível em relação aos motores atuais - foi desenvolvido nos Estados Unidos por Nikolay Shkolnik. O novo motor, já patenteado e que deverá ser comercializado pela empresa LiquidPiston, pertencente ao seu criador, também tem apenas a metade do tamanho de um motor convencional da mesma potência e emite 70% menos gases nitrogenados.

Frases

“Quem quiser ficar rico que vá fazer outra coisa. Quem quiser ser político deve honrar o voto”

Sérgio Guerra, sobre a decisão do STF de aceitar a abertura de processos contra os acusados do chamado mensalão.

“Espero que a mão da Justiça caia sobre todos, de todos os tempos, que cometeram atos ilícitos. Se valer a imagem que se tenta passar de que, aberto o processo, condenados estão, então a lista é grande, inclusive aqui neste Plenário”

Ideli Salvatti, ressaltando que aceitação da denúncia pelo STF não é condenação.

“Foi o dia mais bonito que vi: parecia até que o Brasil era um país dos mais modernos e dos mais justos da história porque os votos foram de seriedade, a análise foi de seriedade e, creio, o Brasil viveu um dia importante”

Pedro Simon, elogiando a atuação dos ministros do STF no julgamento das denúncias relativas ao mensalão.

“Concluo não ter havido a mínima comprovação de conduta incompatível com o decoro parlamentar por parte do representado, senador Renan Calheiros, razão pela qual opino pelo arquivamento”

Almeida Lima, que propõe o arquivamento do processo contra Renan Calheiros no relatório que apresentou ao Conselho de Ética.

“O presidente [do Senado] incorreu em quebra de decoro, não somente por cometimento de atos que, isoladamente, já caracterizam o indecoro, mas também pela consideração conjunta de todo o seu comportamento”

Renato Casagrande e Marisa Serrano, ao pedir a cassação do mandato de Renan Calheiros.

“O Congresso só vai melhorar no conceito do povo quando defender o povo, e uma das coisas que devemos fazer é enterrar a CPMF”

Mão Santa, pedindo que o Congresso rejeite a prorrogação da CPMF.

Foto da Semana

São 500 páginas, com fotos e dados pessoais de 479 mortos e desaparecidos entre 1961 e 1988. O documento oficial do governo reconhece a responsabilidade dos órgãos de repressão do regime militar pós-64 nas mortes e desaparecimentos de militantes de esquerda. O livro-relatório *Direito à memória e à verdade* foi lançado na quarta-feira em solenidade no Palácio do Planalto



GERALDO MAGELA

Homenagem a Aracy de Almeida na Rádio Senado

O programa *Música do Brasil*, da Rádio Senado, homenageia a cantora Aracy de Almeida, levando ao ar interpretações históricas para canções de Noel Rosa como *Palpite infeliz*, *Eu sei sofrer*, *O maior castigo que eu te dou*, *Século do progresso* e *Rapaz folgado*. Também estão programadas *Não te quero mais*, de Cartola, Carlos Cachaca e Zé da Zilda; *Gênio mau*, de Wilson Batista e Rubens Soares; *Fez bobagem*, de Assis Valente; *Engomadinho*, de Pedro Caetano e Claudionor Cruz; e *Coberto de ouro*, de Waldemar Gomes e Afonso Teixeira. O programa vai ao ar às 16h de sábado, com reprise às 11h de domingo.



Aracy de Almeida: canções de mestres podem ser ouvidas no final de semana

Pinguelli Rosa fala no Salão Nobre

O programa *Salão Nobre* da TV Senado exhibe no próximo fim de semana entrevista com o professor Luiz Pinguelli Rosa. Mestre em Engenharia Nuclear e doutor em Física, o professor titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) já orientou mais de 70 dissertações de mestrado e teses de doutorado, é autor de mais de 150 artigos em periódicos científicos, publicados no Brasil e no exterior, e possui mais de 180 citações no *Citation*

Index de publicações em revistas científicas internacionais indexadas.

Ex-presidente da Sociedade Brasileira de Física e da Associação Latino-Americana de Planejamento Energético, Pinguelli Rosa dirigiu a Eletrobrás no início do governo Luiz Inácio Lula da Silva e é coordenador de pós-graduação em Planejamento Energético da UFRJ. O *Salão Nobre* vai ao ar no sábado, às 16h30 (com reprise no mesmo dia às 21h30 e no domingo, às 22h).



WALTER CAMPANATO/ABF

TV Senado entrevista Pinguelli Rosa em programa que vai ao ar no sábado e domingo

O que cerca a CPI das ONGs

O Senado aguarda o início dos trabalhos da CPI das ONGs, que vai investigar a liberação de recursos públicos para essas entidades entre 1999 e 2006. A previsão é que nesta terça-feira os senadores escolham o presidente e o vice-presidente da CPI, mas, segundo Heráclito Fortes (DEM-PI), é preciso vontade política para iniciar os trabalhos.

Desde as apurações feitas pela CPI dos Sanguessugas, a rela-

ção entre governo e entidades não-governamentais estava sob suspeita, o que levou o próprio governo, a pedido do TCU, a restringir esses repasses. Atualmente, 92 mil processos estão sendo analisados: alguns deles de convênios dos anos 70.

Para entender o que será a CPI das ONGs e o que está gerando o atraso no início dos trabalhos, o programa *Conexão Senado*, da Rádio Senado, realiza debate nesta segunda-feira, às 12h.

Último episódio do especial sobre Luís Carlos Prestes

A TV Senado exhibe o último episódio do documentário que conta a trajetória de Luís Carlos Prestes, dirigido por Toni Venturi. O programa resgata a história de um dos personagens mais emblemáticos da história do Brasil.

A Revolta Comunista de 1935, a esposa Olga Benário, o acordo com Getúlio Vargas em 1946 e o posicionamento diante do golpe de 1964 ajudam a entender o passado recente. Outro ponto abordado é a Coluna da Esperança – ou Coluna Prestes –, que pretendia derrotar o então presidente Arthur Bernardes. A marcha durou dois anos (1925 a 1927) e percorreu mais de 25 mil quilômetros. O especial será exibido no sábado, às 15h30, com reprise no domingo às 15h30 e 21h.

Consultor prevê futuro dos juros

A Rádio Senado leva ao ar nesta segunda-feira, às 8h30, no programa *Senado Economia*, entrevista com o consultor de política monetária do Banco Itaú, Joel Bodansky, que prevê uma redução de 0,25 ponto percentual na taxa de juros Selic na reunião do Copom desta semana (dia 5). Bodansky acredita que haverá uma redução gradual dos juros e que a Selic chegará a 10,75% até o final do ano.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

- 1h - Leituras
- 1h30 - Conversa de músico
- 2h - Especiais
- 3h - Inclusão/Diplomacia
- 4h - Cidadania Debate
- 5h - Cidadania Entrevista
- 5h30 - Parlamento Brasil
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Leituras
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Diplomacia/Inclusão
- 9h - Parlamento Brasil
- 9h30 - Alô Senado
- 10h - Especial/Comissões
- 12h - Cidadania Entrevista
- 12h30 - Direto do Cafezinho
- 13h - Cidadania Debate
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Senado Agora
- 18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

- 1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
- 5h30 - Alô Senado ou Leituras
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Direto do Cafezinho
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Direto do Cafezinho
- 8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 8h30 - Direto do Cafezinho
- 8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 9h - Direto do Cafezinho
- 9h30 - Comissões (ao vivo)
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Plenário (ao vivo)
- 18h30 - Senado Agora
- 18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

- 1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
- 5h30 - Parlamento Brasil
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Direto do Cafezinho
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Direto do Cafezinho
- 8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 8h30 - Direto do Cafezinho
- 8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
- 9h - Plenário (ao vivo)
- 13h45 - Senado Agora (ao vivo)
- 14h - Comissões (inéditas ou reapresentação)
- 18h45 - Direto do Cafezinho
- 19h - Cidadania Debate
- 20h - Direto do Cafezinho
- 20h30 - Cidadania Entrevista
- 21h - Jornal do Senado Federal
- 21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO - 8.9.2007

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Leituras - Marcelino Freire
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Alô Senado
- 4h15 - Eco Senado
- 4h30 - De coração - Acupuntura e medicina oriental
- 5h - Conversa de Músico
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - Alô Senado
- 7h15 - Eco Senado
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - De coração (reprise)
- 8h30 - TV Brasil Internacional-Hecho a Mano
- 9h30 - Leituras (reprise)
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Carmina Burana - 1ª parte
- 11h - Parlamento Brasil
- 11h30 - Inclusão - Trabalhadores do Brasil
- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Alô Senado
- 13h15 - Eco Senado
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Conversa de Músico
- 15h30 - O Velho - Luis Carlos Prestes - 4ª parte
- 16h30 - Salão Nobre - Luiz Pinguelli Rosa
- 17h30 - Cidadania Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Alô Senado
- 20h - Leituras (reprise)
- 20h30 - Especial
- 21h - Parlamento Brasil
- 21h30 - Salão Nobre
- 22h30 - Diplomacia
- 23h30 - De coração (reprise)
- 24h - Espaço Cultural - O Século de Stanislavski - 2ª parte

DOMINGO - 9.9.2007

- 1h - Cidadania Debate
- 2h - Alô Senado
- 2h15 - Eco Senado
- 2h30 - Diplomacia
- 3h30 - Cidadania Entrevista
- 4h - Leituras - Marcelino Freire
- 4h30 - De coração - Acupuntura e medicina oriental
- 5h - Conversa de Músico
- 6h - Cidadania Debate
- 7h - TV Brasil Internacional - América do Sul Hoje
- 7h30 - Cidadania Entrevista
- 8h - Leituras (reprise)
- 8h30 - De coração (reprise)
- 9h - Diplomacia
- 10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Carmina Burana - 1ª parte
- 11h - Alô Senado
- 11h15 - Eco Senado
- 11h30 - Especial
- 12h - Repórter Senado
- 12h30 - Cidadania Entrevista
- 13h - Parlamento Brasil
- 13h30 - Cidadania Debate
- 14h30 - Espaço Cultural - O Século de Stanislavski - 2ª parte
- 15h30 - Especial O Velho - Luis Carlos Prestes - 4ª parte
- 16h30 - Diplomacia
- 17h30 - Cidadania Entrevista
- 18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Carmina Burana - 1ª parte
- 19h - Cidadania Debate
- 19h45 - Conversa de Músico
- 20h30 - Leituras (reprise)
- 21h - Especial - O Velho - Luis Carlos Prestes - 4ª parte
- 22h - Repórter Senado Especial - Japão - 2ª parte
- 23h - Parlamento Brasil
- 23h30 - De coração - Acupuntura e medicina oriental
- 24h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO
NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA
Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)
UHF
João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico:
Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital:
Satélite - B1
Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

- 6h - Matinas
- 7h55 - Cidadania Dia-a-dia
- 21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

- 7h - Crônicas Musicais
- 7h10 - Música e Informação
- 8h - Senado Notícias
- 8h30 - Plenário em Destaque
- 19h - Voz do Brasil
- 19h30 - Jornal do Senado
- 20h - Música e Informação
- 21h - Crônicas Musicais (reprise)
- 21h10 - Música e Informação
- 22h - Senado Notícias
- 24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

- 14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

- 9h - Senado Repórter
- 10h - Comissões (ao vivo)
- 13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

- 7h - Música e Informação
- 9h30 - Música e Informação
- 21h - 180 Anos do Senado
- 22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

- 9h - Senado Resumo
- 10h - Senado Notícias (reprise)
- 11h - Senado Resumo (reprise)
- 12h - Conexão Senado
- 13h40 - Senado Notícias
- 23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

- 23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

- 23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

- 23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

- 9h - Plenário (ao vivo)
- 12h - Música e Informação
- 13h40 - Senado Notícias
- 14h - Música e Informação
- 18h - Senado Resumo
- 20h - Reportagem Especial
- 23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

- 8h - Encontros com a Música Brasileira
- 9h - Prosa e Verso
- 10h - Especial (reprise)
- 11h - Música Erudita
- 12h - Senado Resumo (reprise)
- 13h40 - Música e Informação
- 15h - Autores e Livros
- 16h - Música do Brasil
- 17h - Música e Informação
- 18h - Improviso Jazz
- 19h - Senado Resumo (reprise)
- 20h - Escala Brasileira

DOMINGO

- 8h - Brasil Regional
- 9h - Autores e Livros (reprise)
- 11h - Música do Brasil
- 15h - Música Erudita (reprise)
- 16h - Prosa e Verso
- 17h - Reportagem Especial (reprise)
- 18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
- 20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Bastidores do governo na época de dom Pedro II

ALEXANDRE GUIMARÃES

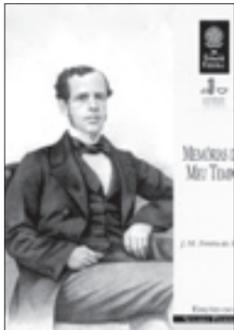
João Manuel Pereira da Silva deixou duas marcas em sua vida: foi deputado por onze legislaturas, o que fez dele um dos mais destacados políticos do Segundo Império; e tornou-se escritor renomado, o que lhe valeu ser um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras, ocupando a cadeira 34, por onde passariam, entre outros, o Barão do Rio Branco e Carlos Castello Branco (hoje ocupada por João Ubaldo Ribeiro). Da sua carreira como escritor, deixou como legado um dos mais impressionantes relatos sobre o Segundo Império, sua última obra *Memórias do meu tempo*, republicado como volume 3 das Edições do Senado Federal.

Memórias do meu tempo narra o cotidiano político do país de julho de 1840, mês em que dom Pedro II ascendeu ao trono, depois de votada a antecipação de sua maioridade, até dezembro de 1886, pouco antes de ser escolhido senador pelo Rio de Janeiro. Fatos relevantes e figuras conhecidas são apre-

sentados ao leitor – nada que os livros de história do colégio não façam. No entanto, o valor da obra se encontra na visão dos bastidores daquele que foi o mais longo governo do Brasil.

Mesmo sendo escrito sob a ótica de um conservador (um dos maiores apoiadores da família real), o livro leva o leitor a compreender o pensamento da época e o crescimento da influência do ideal republicano na política nacional.

No prólogo do segundo tomo, escrito já na República (março de 1896), Pereira da Silva resumiu a importância que o período da Monarquia teve na formação da pátria: “O regime monárquico arrostou, é verdade, perigos; sofreu reveses, cometeu erros, manteve, porém, contra o vórtice revolucionário que uma vez ou outra irrompeu, a integridade do Império, conservou por 40 anos a tranquilidade pública, fomentou progressos materiais e morais da nação, e deixou buriladas nas páginas da história pátria cenas gloriosas, que hão de ser eternamente memoradas”.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Memórias do meu tempo*, de João Manuel Pereira da Silva, volume 3 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 25. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Fórum debate previdência pública

A Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego, coordenada pelo senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), promoveu, na quinta-feira passada, a última etapa do ciclo de debates do Fórum pela Seguridade Social no Brasil. Segundo o senador, o objetivo do evento foi “resgatar os princípios republicanos da previdência pública”.

– Somos contra a privatização da Previdência. Exigimos que a Constituição seja cumprida à risca no que diz respeito à solidariedade com os brasileiros que necessitam da seguridade, os deficientes, os idosos que precisam da aposentadoria, as viúvas que precisam das pensões – disse Crivella.

Economistas, sociólogos e cientistas políticos afirmaram que, ao contrário do que diz o governo, a seguridade não

é deficitária (de acordo com o Ministério do Planejamento, o déficit estimado da Previdência Social para 2007 é de R\$ 45 bilhões). Se faltam recursos para a previdência e a assistência social, de acordo com os especialistas, isso ocorre porque os recursos são realocados.

– O problema são os desvios,

resultado da pressão do déficit nominal zero. Não é desviando que se vai resolver o problema da dívida pública, e sim promovendo o crescimento da economia, a manutenção dos direitos constitucionais e melhorias no mercado de trabalho – declarou Dércio Garcia Munhoz, professor da Universidade de Brasília.



MARCIA KALUNE

Presidente da Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego, Marcelo Crivella (C) preside o fórum sobre seguridade social

Interlegis terá novo aporte de recursos

O diretor nacional do Programa Interlegis, senador Efraim Morais (DEM-PB), reuniu-se na quarta-feira com José Antônio Navea, especialista do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) em modernização do Estado. Um dos assuntos do encontro foi a tramitação da Mensagem do Senado Federal 122/07, que trata do empréstimo de US\$ 16,1 milhões do BID para a segunda fase do Interlegis. Aprovada na Comis-

são de Assuntos Econômicos, a mensagem aguarda votação em Plenário.

Implementado pelo Senado a partir de 1997, a primeira fase do Interlegis alcançou cerca de 4 mil câmaras municipais.

Navea disse que o programa permitirá que os vereadores ampliem seus conhecimentos sobre a elaboração de orçamentos “e, principalmente, possam cumprir sua função de fiscalizar o Poder

Executivo”. O primeiro aporte do BID ao Interlegis, de US\$ 25 milhões, teve contrapartida semelhante do governo.

– Não gostamos de falar em financiamento, mas em parceria, porque o governo também aportará outros US\$ 16 milhões – afirmou.

Efraim Morais ressaltou que “sem essa parceria o Interlegis não existiria”. Ele disse que o empréstimo pode ser aprovado até o fim de setembro.

Arquivo aberto

Em 8 de setembro de 1987, morreu em acidente aéreo o advogado, professor e político Marcos Freire. Exercia, na época, o cargo de ministro da Reforma Agrária. Foi deputado federal e senador por Pernambuco. Em programa da série 180 Anos do Senado Federal, da Rádio Senado, há um trecho do pronunciamento de Freire, em 22 de novembro de 1979, contra a extinção do MDB: “Quantas e quantas cabeças não rolaram porque ocuparam esta tribuna para defender a liberdade? Eles agora acham pouco e querem degolar o próprio partido da oposição”. Nos dez anos do falecimento de Marcos Freire, em setembro de 1997, o então senador Roberto Freire o homenageou: “Sem ódio e sem medo. Por esse lema se guiava um dos homens públicos mais retos que tivemos. (...) esse grande líder per-



REPRODUÇÃO

nambucano lutou bravamente contra as arbitrariedades do regime militar, inclusive a tortura e as ilegalidades de que se revestia aquele regime”.

Há 10 anos – Em 5 de setembro de 1997, morreu Madre Tereza de Calcutá (Agnes Gonxa Bojaxhiu), religiosa nascida na Macedônia dedicada a obras de caridade. O senador Valdir Raupp contou em Plenário, em 12 de setembro de 2005, episódio da vida da missionária: “Um milionário americano, ao vê-la cuidando de leprosos, falou: ‘irmã, eu não faria isso por dinheiro nenhum no mundo!’ Ela, então, respondeu: ‘Eu também não, meu filho!’”. E continuou tratando dos leprosos”.

Há 185 anos – Em 7 de setembro de 1822, foi proclamada a Independência, que marcou o início da autonomia política brasileira. As comemorações, na opinião do senador Guido Mondim, em 30 de agosto de 1972, são “um programa de densa significação, numa simbiose de civismo e de fé, tal qual convém à nossa terra cristã”.

Em pronunciamento de 5 de setembro de 2005, o então senador Paulo Octávio manifestou o desejo de que, na Semana da Pátria, “brasileiros e brasileiras tenham em mente que, acima das crises políticas que nos incomodam, acima de fatos negativos que porventura empanam ou embaçam nossos olhos, aguçam o nosso sentido crítico, está o nosso país, a nossa pátria”. Em setembro de 1999, a TV Senado produziu uma série de filmetes sobre o Brasil no período da Independência.

Pesquisa elaborada pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



Vírus HPV: risco invisível

O HPV (sigla para *Human Papilloma Viruses*) ou papilomavírus humano é considerado a principal doença sexualmente transmissível (DST) causada por vírus. Estudos comprovam que de 50% a 80% dos homens e mulheres sexualmente ativos são infectados por um ou mais tipos de HPV em algum momento de suas vidas. Após o contágio, o vírus pode ficar “adormecido”, provocar o aparecimento de verrugas (mãos, pés, órgãos genitais) ou ainda induzir o desenvolvimento de câncer. Veja nesta edição como prevenir ou tratar a infecção pelo HPV.

90% eliminam doença naturalmente

Na realidade, HPV é o nome de um grupo que inclui mais de 120 tipos diferentes de vírus. O principal meio de transmissão é o contato sexual íntimo (vaginal, anal e oral) com pessoas infectadas. É possível também a contaminação do feto pela mãe, durante o parto, e ainda por meio de objetos como toalhas, roupas íntimas, instrumental ginecológico etc.

Geralmente a pessoa não percebe que tem o vírus por duas razões: ele não está “ativo” e não

causou lesões, ou as lesões são impossíveis de ver a olho nu. Em 90% dos infectados o vírus é eliminado naturalmente, em até 18 meses. Cerca de 10% não conseguem eliminar o vírus que, em razão de uma diminuição da resistência do organismo, se multiplica, provocando lesões visíveis. O período de incubação (em que o vírus está presente, mas não provoca a doença) varia de algumas semanas a anos.

As lesões formam crostas com o

aspecto de couve-flor (verrugas), atingindo as regiões oral (lábios, boca, cordas vocais, etc.), anal, genital e da uretra. Nos genitais, os locais mais comuns são a glande e o prepúcio, no homem, e a vulva, o períneo, a vagina e o colo do útero na mulher. Em ambos os sexos podem ocorrer no ânus e no intestino reto, mesmo sem ter havido coito anal. A lesão é altamente contagiosa e conhecida também como jacaré, jacaré de crista, crista de galo e verruga genital.

Diagnóstico

As verrugas genitais são apenas uma das manifestações da infecção pelos vírus do grupo HPV e são causadas principalmente pelos tipos 6, 11 e 42. Os tipos 2, 4, 29 e 57 causam lesões nas mãos e pés (verrugas comuns). Alguns HPV (16, 18, 31, 33, 45, 58) podem ainda induzir o desenvolvimento de câncer e são classificados como de alto risco.

As lesões são mais facilmente reconhecíveis nos homens, em razão das suas características anatômicas. Já nas mulheres, essa visualização é mais difícil. Quando as lesões não são visíveis a olho

nu, a presença do vírus só pode ser identificada por exames especializados, como o de Papanicolaou (teste de rotina para controle ginecológico), a colposcopia (aparelho com lentes de aumento para ver lesões muito pequenas), colpocitologia (análise de material colhido), na mulher, e a peniscopia (exame do pênis com lente de aumento), no homem. Existem também outros testes mais sofisticados de biologia molecular para detecção do vírus. Em ambos os sexos, exames dermatológicos acusam a presença do HPV na pele.



Uso de preservativo é essencial para prevenir infecção

Não existe ainda um medicamento que neutralize o vírus. O tratamento visa:

a) remover as lesões, podendo ser clínico (com medicamentos) ou cirúrgico (cauterização química, eletrocauterização, crioterapia, laser ou cirurgia, em caso de câncer instalado); e

b) reforçar as defesas do organismo para que seus mecanismos naturais eliminem a infecção.

O retorno da doença é freqüente, mesmo tendo sido tratada adequadamente. Eventualmente as lesões

desaparecem espontaneamente.

Alguns cuidados são fundamentais na prevenção do HPV e de qualquer doença sexualmente transmissível:

1. Usar preservativo (masculino ou feminino) de forma correta, com todos os parceiros e em toda relação sexual, desde o início até o fim de cada uma: essa medida reduz em muito a probabilidade de se adquirir o vírus da AIDS e previne o HPV.

2. Lembrar que o HPV pode ser adquirido também por meio de sexo oral e que, quanto maior o número de parceiros, maior o risco de contrair/transmitir qualquer DST.

3. Em caso de suspeita de que qualquer dos parceiros sexuais tenha uma DST, é preciso consultar o médico: qualquer DST funciona como facilitador na aquisição e transmissão do vírus da Aids (HIV).

4. Avisar o parceiro em caso de suspeita ou resultado positivo e evitar ter relações sexuais com ele, até que o tratamento seja realizado.

5. Não se automedicar: a DST pode ser “mascarada”, ou seja, parece que foi tratada mas continua ativa.

6. Não compartilhar objetos de uso íntimo com outras pessoas e fazer higiene de objetos de uso comum antes

do uso (exemplo: vaso sanitário).

7. Consultar o médico regularmente e fazer todos os exames de rotina. Esses exames são oferecidos gratuitamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em todos os estados.

Vacinas contra o HPV estão sendo estudadas e, nos Estados Unidos, já se comercializa um tipo de vacina, mas não se sabe ainda por quanto tempo ela garante a imunização. As vacinas em estudo ainda não oferecem proteção contra todos os tipos de HPV e são indicadas para pessoas não contaminadas, de preferência ainda não sexualmente ativas.

HPV pode causar câncer no útero

A complicação mais grave do HPV é o câncer de colo de útero ou, mais raramente, da vulva, pênis ou ânus. No entanto, apenas a infecção pelo HPV não é capaz de provocar câncer. Isso depende de alguns fatores como tipo de HPV, resistência do organismo e genética da pessoa. Menos de 3% das mulheres infectadas pelo HPV desenvolverão câncer do colo do útero. Fatores como número elevado de gestações, uso de anticoncepcionais via oral, tabagismo, infecção pelo HIV e outras DST, como herpes e clamídia, podem aumentar a possibilidade de desenvolvimen-

to do câncer.

Em condições normais, o tempo de evolução entre o contato com o HPV e o desenvolvimento do câncer do colo do útero dura em média dez anos. Assim, a probabilidade de uma mulher que realiza exame ginecológico preventivo regularmente ter câncer do colo do útero induzido por HPV é pequena, já que a infecção é detectada em praticamente 100% dos casos, por exames preventivos muito simples, como o Papanicolaou e a colposcopia. O tratamento das lesões que antecedem o câncer é simples e eficiente, impedindo

o desenvolvimento para câncer. Na maioria das vezes é realizado por meio de pequena cirurgia que conserva o corpo do útero, permitindo futuras gestações.

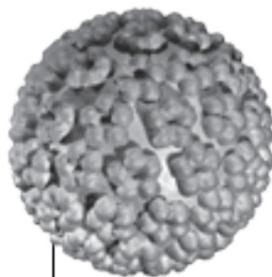


Imagem ampliada do papilomavírus humano (HPV)

Saiba mais

Ministério da Saúde
Instituto Nacional do Câncer
Rua do Rezende, 128
- Centro
Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20231-092
(21) 3970-7800
Fax 3970-7950
www.inca.gov.br
Programa Nacional de DST e Aids
www.aids.gov.br

Projetos de lei
PLS 8/02 - Da senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE), obriga a distribuição de folhetos educativos sobre doenças sexualmente transmissíveis

e o fornecimento gratuito de preservativos em motéis, drive-in e estabelecimentos similares.

PL 816/07 - Dispõe sobre a oferta de outras opções no combate às DST, além do uso dos preservativos, para aumentar a eficiência dos métodos preventivos.

PL 906/03 - Institui a Semana de Orientação sobre as Doenças Sexualmente Transmissíveis (DSTs).

PL 434/1999 - Torna obrigatório o ensino sobre drogas entorpecentes e psicotrópicas e sobre prevenção das DSTs nos 1º e 2º graus e nos cursos de formação de professores.